



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2008

#### ACTA

Aos dezoito dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Nelas no Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### **1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

1.1. - Discussão e aprovação das actas das sessões extraordinária de 30 de Janeiro de 2008 e ordinária de 29 de Fevereiro de 2008.

1.2 - Leitura do Expediente.

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município.  
(Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

#### **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**

2.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, nos termos da alínea e), do nº.1, do artº. 53º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2.2 – Apreciar e votar, nos termos da alínea c), do nº. 2, do artº. 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2007.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito boa noite a todos. Vamos dar inicio a esta Assembleia Ordinária. Começo por cumprimentar a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Secretários, os Senhores Presidentes de Junta, Caros Colegas e Membros desta Assembleia e estimado Público aqui presente. Passo, de imediato, a palavra ao Senhor Manuel dos Santos para fazer a chamada dos Senhores Membros da Assembleia.

Senhor Manuel dos Santos, faça favor.

(A chamada foi feita pelo Senhor Segundo Secretário, Manuel dos Santos)

O Senhor Segundo Secretário Manuel dos Santos:

- Temos, até ao momento, um total de 27 presenças e 3 faltas.

(Faltam os Senhores Membros da Assembleia Manuel do Couto de Sousa, Luis Manuel Abrantes Pinheiro e João Carlos Pina Martins).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Manuel dos Santos.

Passamos, então, para o ponto 1.1 - Discussão e aprovação das actas da Sessão Extraordinária de 30 de Janeiro e da Sessão Ordinária de 29 de Fevereiro de 2008.

Começo pela discussão da Acta da Sessão Extraordinária de 30 de Janeiro e pergunto se alguém deseja usar da palavra sobre esse ponto. Uma vez que não, vou pôr à votação a referida acta.

Acta da Sessão Extraordinária de 30 de Janeiro de 2008. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Passamos, agora, para a Acta da Sessão ordinária de 29 de Fevereiro de 2008. Pergunto se algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra. Uma vez que não, ponho a Acta de 29 de Fevereiro de 2008 à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Temos vinte e seis votos a favor e uma abstenção.

Continuando com o Período de Antes da Ordem do Dia, Leitura do Expediente, como habitualmente vou-me escusar à leitura do mesmo uma vez que foi enviado a todos os Senhores Membros desta Assembleia.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Câmara Municipal de Nelas – Envio de fotocópia das actas das reuniões ordinárias de 12/02/2008; 26/02/2008; 11/03/2008; 25/03/2008;
- Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim – Solicita justificação da falta dada à sessão extraordinária realizada em 30 de Janeiro de 2008;
- Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim – Solicita justificação da falta dada à sessão ordinária realizada em 29 de Fevereiro de 2008;
- Associação Empresarial da Região de Viseu – Envio de publicação “Informação Empresa”;
- Membro da Assembleia Municipal – Manuel Couto Sousa – Solicita justificação da falta dada à sessão extraordinária de 30 de Janeiro de 2008;
- Membro da Assembleia Municipal – Manuel Couto Sousa – Solicita justificação da falta dada à sessão ordinária de 29 de Fevereiro de 2008;
- Membro da Assembleia José Abrantes Gouveia – Solicita justificação à falta dada à sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2007;
- Envio de exemplar do Jornal Voz das Misericórdias;
- Assembleia Municipal de Mirandela – Envio de moção aprovada em sessão daquela Assembleia Municipal, realizada em 15 de Fevereiro de 2008;
- Fax, datado de 26 de Fevereiro de 2008, do Hospital de São Teotónio de Viseu, enviando declaração comprovativa do internamento de Margarida Isabel Figueiras Inácio Campos desde 25 de Fevereiro de 2008;
- Ofício n.º 1012, datado de 27 de Fevereiro de 2008, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de mais um assunto na sessão ordinária de Fevereiro;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – Envio de boletim ANMP referente ao mês de Fevereiro de 2008;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – Envio de boletim ANMP referente ao mês de Março de 2008;
- Assembleia Municipal de Valença – Envio de moção;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Nelas – Composição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Nelas – Alteração da Comissão Alargada e da Comissão Restrita;
- Governo Civil do Distrito de Viseu – Acusa recepção da moção referente à Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Gabinete do Senhor Primeiro Ministro – Acusa recepção da moção referente à Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia da República – Acusa recepção da moção referente à Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Grupo Parlamentar do Partido Popular CDS-PP na Assembleia da República – Acusa recepção da moção referente à Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Casa Civil do Presidente da República – Acusa recepção da moção referente à Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República - Acusa recepção da moção referente à Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Canto e Encanto – Associação Cultural – Convite para 6.º aniversário daquela colectividade – 5 de Abril de 2008 – 21,00 h – Igreja Matriz de Canas de Senhorim;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Nelas – Envio de Plano Anual de Intervenção – 2008, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Nelas;
- Ofício n.º 1449, datado de 26 de Março de 2008, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assunto para esta sessão da Assembleia Municipal;

### CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 04A/08, datado de 21 de Fevereiro de 2008, enviado ao Senhor Membro da Assembleia António Manuel Borges dos Santos, enviando em anexo a Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Ofício n.º 05/08, datado de 03 de Março de 2008, enviado à Ex.m<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária realizada em 29 de Fevereiro de 2008;
- Ofício n.º 06/08, datado de 03 de Março de 2008, enviando em anexo uma moção referente à Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, às seguintes entidades: Governador Civil do Distrito de Viseu; Deputado Hélder Amaral, do Grupo Parlamentar do CDS-PP da Assembleia da República; Deputados Manuel Maria Carrilho, Miguel Ginestal e José Junqueiro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia da República; Deputados José Almeida Cesário, Melchior Miranda, Carlos Almeida Andrade, António Joaquim Almeida Henriques e José Luis Arnaut, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata da Assembleia da República; Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República do Partido Ecologista “Os Verdes”, Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português, CDS-PP, Partido Social Democrata e Partido Socialista; Presidente da Câmara Municipal de Nelas; Presidente da República; Ministro da Justiça; Primeiro Ministro e Presidente da Assembleia da República;
- Ofício n.º 07/08, datado de 08 de Abril de 2008, enviado aos Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para esta sessão da Assembleia Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Passamos, assim, ao ponto 1.3 – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município, que são informações, pedidos de esclarecimento, recomendações e outros.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Antes de qualquer intervenção, vou proceder à informação que advém da última Assembleia Ordinária conforme documento que vos foi distribuído pelos serviços de apoio à Assembleia. Assim não haverá necessidade de ser feita a leitura do mesmo, uma vez que todos os Senhores Membros da Assembleia o têm em vosso poder.

Esse documento não é mais do que a resposta a todas as questões por nós levantadas, aquando da discussão para aprovação do Regulamento da Quinta da Cerca.

Mais, tenho a dizer-vos que esse documento me foi enviado após meu pedido e foi recepcionado, como consta aí no referido documento, em 31/03/2008.

É notório que a Assembleia e o serviço de apoio à mesma nunca receberam este documento. É notório, ainda, que a resposta dada, para ser aqui lida, é apenas informativa, pois, não podemos fazer nada, sem primeiro o regulamento passar pela Câmara Municipal para ser rectificado e novamente aprovado, e, só depois baixará à Assembleia também para ser discutido, analisado e aprovado, se assim o entenderem.

Assim sendo, vou escusar-me à leitura do mesmo, já que os Senhores Membros da Assembleia o têm em vosso poder.

Sobre este assunto, posso ainda acrescentar que, hoje mesmo, recebi pelos CTT, enviado pela Liga dos Amigos de Conímbriga, o mesmo documento acompanhado do regulamento rectificado da Quinta da Cerca e, o pedido de agendamento, para a Assembleia Municipal, o qual trouxe para esta Assembleia, podendo ser consultado se pretenderem ou entenderem.

De qualquer forma para chegar à Assembleia Municipal tem que passar pela Câmara. Penso que na próxima sessão da Assembleia Municipal iremos ter o regulamento da Quinta da Cerca para discussão.

Na sequência das afirmações dirigidas à minha pessoa na última sessão ordinária desta Assembleia, vou responder às mesmas, conforme prometido.

Começo por vos dizer que todos temos responsabilidades enormes e todos, desde governantes a governados, de autarcas a Munícipes, do cidadão com mais responsabilidades ao cidadão anónimo, quer esteja no poder ou na oposição temos que encarar a vida política como um acto social de grande importância.

As decisões que os políticos tomam influenciam as vidas de milhões de pessoas, mas, também, as decisões que não tomam influenciam de igual modo.

Por isso, é que um bom Governo prova a sua valia pelos actos praticados ou omitidos e com repercussões a médio e longo prazo e não pela romaria que vai fazendo para lá chegar. Os meios nunca justificarão os fins.

A exigência não começa nem termina na campanha eleitoral, nem se resume à política nacional. Também temos que ser exigentes com o Poder Local.

Por vezes, tenho pena que não haja um livro de reclamações no Poder Local, e porque não a nível Nacional, para que as pessoas possam colocar os seus desabafos e desenganos em relação aos políticos, aos nossos Governantes e Autarcas.

Como tiveram oportunidade de ver o documento que acabei de ler, que seria o suposto documento enviado pelo Senhor Professor Queirós, só me foi enviado em 31 de Março de 2008, data que podem, também, verificar em rodapé na primeira página.

Este documento, segundo alguns dos Senhores, não foi divulgado no devido tempo por negligência da minha pessoa, o que não é verdade de todo.

Nunca foi enviado nenhum ofício para a Assembleia Municipal. Mais, se tiverem alguma dúvida, tenho aqui fotocópias de toda a correspondência recebida desde 1 de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Novembro de 2007 e que poderão consultar, se assim o desejarem. Toda a correspondência é registada e fotocopiada pelos Serviços da Assembleia.

Relembrando, meus Senhores, o que foi dito e está escrito na acta da Assembleia Municipal ordinária de 29 de Fevereiro, hoje aprovada, depois de terem em vosso poder a informação do Senhor Professor Queirós, o que pensariam e que atitudes teriam? Quando escutassem estes parágrafos: “Empenhei-me em saber qual o ponto da situação neste processo e falei com o Professor Queirós, que é o representante da Liga dos Amigos de Conimbriga, responsável pela concessão da Quinta da Cerca, protocolada com a Câmara.”

A seguir continua: “enviámos em anexo cópia da acta dirigida à Assembleia Municipal em resposta ao ofício da Senhora Presidente”;

O Português é uma língua sempre muito difícil de interpretar, só que, em algumas situações é difícil desmistificar o que se pretende dizer.

Meus Senhores, o Senhor Professor Queirós informou-me logo no princípio do contacto telefónico que não conhecia o Senhor Paulo Santos, nem este nunca o tinha contactado. Então para quê fazer este tipo de afirmações? Por que não dialogar com as diferentes partes antes de usar este importante palco que deve ser usado para debates construtivos e benéficos para o Concelho de Nelas, o nosso Concelho, e não para querelas políticas.

Espero com isto ter esclarecido todos os Senhores Membros desta Assembleia, do porquê da não divulgação deste documento.

Mais informo que ontem me chegou às mãos, mais uma vez via e-mail, o documento sobre o qual já me pronunciei, que voltará a esta Assembleia após reunião de Câmara.

Assim e para concluir quero relembrar a todos os Senhores Membros desta Assembleia que os deveres do Presidente desta, entre outros, são os seguintes e passo a citar: dirigir os trabalhos; manter a disciplina das sessões; admitir ou rejeitar propostas, reclamações ou requerimentos, verificada a sua legitimidade legal e regimental sem prejuízo do direito de recurso dos seus autores para a Assembleia em caso de rejeição; conceder a palavra aos Membros da Assembleia e assegurar o cumprimento da ordem dos trabalhos; controlar o tempo do uso da palavra de acordo com o regimento, com vista ao bom funcionamento dos trabalhos e repito, controlar o tempo do uso da palavra de acordo com o regimento, com vista ao bom funcionamento dos trabalhos.

Espero assim que, a partir de hoje, seja respeitado o estipulado no regulamento para não serem necessárias constantes chamadas de atenção relativamente ao tempo gasto em excesso, pois o respeito está na base do bom relacionamento humano.

Assim e para concluir, parafraseando o avô de João Botelho passo a citar: “Filho, os bons não se curvam e as atitudes ficam com quem as toma.”

Tenho dito.

Posto isto e dando continuidade aos trabalhos, vou agora dar a palavra aos Senhores Membros da Assembleia.

Passo a palavra ao Senhor Membro da Assembleia António Liberato. Vai falar o Senhor Primeiro Secretário António Liberato. Faça o favor.

O Senhor Primeiro Secretário, António Liberato:

- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Digníssima Senhora Presidente da Câmara,

Exmos. Senhores Vereadores Executivos e não Executivos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exmos. Senhores Membros da Assembleia,  
Respeitável Público aqui presente,  
Muito boa noite.

Em 2005 decorreu a campanha eleitoral que precedeu o actual mandato e que irá até 2009. Nessa altura esgrimiram-se argumentos e a mensagem matriciada pela agora Presidente da Câmara, Dra. Isaura Pedro, consistiu na proximidade. Dois anos e meio após a sua eleição, nada melhor do que constatar que o compromisso e o desígnio assumidos, durante essa mesma campanha, foram cumpridos.

Não foram restrições orçamentais ou a sua própria consolidação, que impediram a realização de obras, que foram e têm sido, criteriosamente, atribuídas a todas as Freguesias.

Obras essas que têm sido, e muito bem, articuladas com os Senhores Presidentes de Junta. Eles, como todos nós sabemos, diagnosticando os reais problemas dos seus municípios, são os autarcas que se encontram em melhor posição para comunicarem a quem de direito esses mesmos problemas e as questões que urge resolver.

Sem dúvida nenhuma, que a nossa Presidente de Câmara representa uma geração de Autarcas que, embora novos e com pouco tempo à frente dos destinos de uma Autarquia, conseguem revelar capacidades na resolução dos problemas das populações.

A Dra. Isaura Pedro tem, ao fim de dois anos e meio, demonstrado um grande carácter, uma elevação democrática que me apraz registar e uma postura equilibrada e muito tolerante.

Ao contrário do que muitos possam pensar, e até alvitrar, tem tido, sem margem de dúvidas, uma estratégia racional e muito consciente daquilo que é a resolução dos problemas que afectam as populações do nosso Concelho.

Adicionando esta postura e esta atitude comportamental no exercício das suas funções, acresce-se o seu sentido humanista que deriva, como todos nós sabemos, da sua formação académica.

Conseguiu, ao fim destes dois anos e meio, federar e alicerçar a pacificação entre os municípios, tão importante para que os grandes problemas se possam resolver, serenamente, no seu devido tempo e sem alaridos.

Às adversidades, tem tido uma capacidade de resposta, também, extraordinariamente valorizada e tem conseguido gerar coragem e determinação para vencer esses mesmos obstáculos.

A Senhora Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores em permanência têm desenvolvido um trabalho que considero muito meritório; têm demonstrado serenidade, sentido de responsabilidade pelo serviço público, dispensando o foguetório e o aparato.

Todos nós sabemos que o cenário de uma gestão autárquica que funciona com um Executivo em minoria, afigura-se, obviamente, mais difícil. Mas nem isso tem desviado a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores daquilo que é a rota e a estratégia por eles adoptados.

Gostaria de elencar algumas obras sustentando tudo aquilo que vos acabo de transmitir. Começo por uma que, considero de vital importância para o nosso Concelho, que é a expansão da Zona Industrial, pois tem-se conseguido captar investimento e, conseqüentemente, aumentar os postos de trabalho no Concelho de Nelas.

Quase que me atreveria a dizer que esta Câmara está quase em contra ciclo pela positiva. Todos nós temos consciência da crise em que estamos mergulhados, no entanto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este Executivo tem denotado a capacidade suficiente para atrair Empresas que, em alguns casos, até nem têm a sua domiciliação em Nelas ou no nosso Concelho.

Refiro-me, também, à rotunda de Santar, à Casa dos Senas, à requalificação do Parque Infantil de Senhorim, à pavimentação da Rua das Flores, Sacadura Cabral e Rua do Farnês, sendo as duas primeiras vias estruturantes para a Vila de Nelas e careciam desta intervenção há já bastante tempo; este Executivo teve a feliz decisão de executar esta obra tão importante para nós.

A Capela Mortuária de Moreira, a Capela Mortuária de Carvalho Redondo, o saneamento e a requalificação das Caldas da Felgueira e a requalificação da nossa sala de visitas, a Praça do Município. A Praça do Município carecia de uma intervenção que, felizmente para nós, está iniciada e vai trazer, com toda a certeza, uma nova fragrância para quem nos visita. Tudo isto depois de ter sido feita uma intervenção no exterior do Edifício dos Paços do Concelho, numa demonstração de boa articulação.

Para nós, enquanto concidadãos do Concelho de Nelas, podemos-nos orgulhar de ter uma Presidente de Câmara actuante, eficaz e com estratégia.

Bem-haja, Senhora Presidente da Câmara pelo seu bom desempenho à frente dos destinos do nosso Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia, Primeiro Secretário, Senhor António Liberato.

Passo, agora, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Rui Costa, faz favor.

O Senhor Membro da Assembleia Rui Costa:

Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Secretários,

Senhora Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Membros da Assembleia,

Estimado Público.

Aproveito este período de Antes da Ordem do Dia para vos falar sobre um assunto que considero importante. Apesar de muitos de nós já termos lido ou ouvido na rua, não queria deixar passar esta oportunidade sem que a Assembleia também se debruça-se sobre do tema.

Foi publicado em Diário da República o lançamento do Concurso Público para a construção do novo troço do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde. O IC12 que tem sido ao longo destes anos uma via de comunicação muito ansiada por todos os Municípios deste Concelho e após sucessivos compromissos, adiamentos de concursos e alteração de traçados, finalmente o concurso da adjudicação do troço Canas de Senhorim – Mangualde é uma realidade.

Congratulamo-nos com este anúncio, uma vez que se trata de uma via estruturante para a acessibilidade e mobilidade no Concelho, sendo um factor de apoio e de impulso ao desenvolvimento industrial.

Sempre olhámos o IC 12, em especial a construção deste troço, como um agente de melhoria de qualidade de vida no Concelho; uma força capaz de potenciar a imagem, a economia e a dinâmica social do Concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Embora se mantenham estes desígnios e seja reconhecida a importância deste itinerário, foi com alguma mágoa que recebemos o anúncio de que está prevista a cobrança de portagens aos seus utentes.

Não foi sequer salvaguardada, como noutros anúncios de Estradas de Portugal e divulgados no mesmo despacho, a isenção aos utentes locais mesmo não se sabendo qual o significado deste conceito.

Por diversas ocasiões fomos informados do compromisso da ausência de portagens no IC 12. Várias foram as vezes em que responsáveis políticos e governamentais, assumiram, publicamente, que não haveria lugar a qualquer tipo de pagamento e agora penso estarmos perante mais uma inevitabilidade que não é mais do que uma falta de compromisso e de palavra dos seus protagonistas.

Confrontados com esta realidade, proponho a esta Assembleia o seguinte:

### Proposta de Moção

- Considerando que o IC 12 é uma via estruturante para o Concelho de Nelas;
- Considerando que se trata de um investimento estratégico e de grande envergadura para a região;
- Considerando que tem sido uma medida de discriminação positiva a isenção de portagens em vias com perfil de auto-estrada no interior do país;
- Considerando que o atraso na construção do IC 12, já se perde na memória do tempo e muito tem prejudicado o desenvolvimento do Concelho;
- Considerando que o Senhor Ministro das Obras Públicas assumiu publicamente que não seriam cobradas portagens no IC 12;
- Considerando que, segundo o anúncio no Diário da República, está prevista a cobrança de portagens pelos utentes no troço do IC12 Canas de Senhorim - Mangualde;

A Assembleia Municipal de Nelas, reunida em sessão ordinária de 18 de Abril de 2008, delibera, não aceitar a intenção de introduzir portagens na referida via e tudo fará para que seja revogada essa intenção.

Desta moção, deverá ser dado conhecimento e solicitado esclarecimentos a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, ao Exmo. Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, ao Presidente das Estradas de Portugal, SA e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Meus Senhores, estamos perante uma realidade que todos ansiávamos. Todos nós, várias vezes nesta Assembleia, pedimos aos sucessivos Governos o lançamento do concurso desta via rodoviária.

Estamos no interior do País e todos nós sabemos as dificuldades que o interior do País tem em relação ao litoral e actualmente querem portajar o IC 12 que durante estes anos nos tem dificultado o nosso desenvolvimento entre Canas de Senhorim e Mangualde.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Membro da Assembleia Rui Costa. Passo, agora, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Borges dos Santos, faz favor.

O Senhor Membro da Assembleia Borges dos Santos:

- Senhora Presidente da Câmara,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Vereadores Municipais,  
Membros da Assembleia,  
Exmo. Público,  
Muito boa noite.

Esta primeira intervenção visa apenas, a apresentação de um Voto de Pesar. Nesta semana faleceu o nosso amigo Valdemar Ambrósio que, para além de ter sido Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, foi Membro desta Assembleia Municipal.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS queria apresentar à família enlutada um sentido Voto de Pesar. Para se tornar mais extensivo, solicitava a toda a Assembleia que se associasse nesse sentido.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Borges dos Santos. Antes de pôr a Moção à votação, dou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos que se irá pronunciar sobre a mesma. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos:

- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Exma. Senhora Presidente da Câmara,  
Executivo,  
Caros Membros da Assembleia,  
Estimado Público,  
Muito boa noite.

Os meus parabéns caro Rui Costa. Foram sete minutos muito válidos que ouvi esta noite; os primeiros sete minutos válidos esta noite nesta Assembleia.

O Rui Costa apresentou algo importante para o nosso Concelho, de forma muito bem estruturada, de forma muito correcta e que vale a pena defender.

Tinha intenção de falar sobre este assunto no Período de Antes da Ordem do Dia. Ainda bem que o fez. Acho que o fez com qualidade, com elevação, de forma clara, concreta e sucinta como tantas vezes devíamos aqui também defender os nossos interesses, os interesses do Concelho de Nelas.

O Governo do Partido Socialista, uma vez mais, falha redondamente naquilo que seriam as suas obrigações para com um Concelho do interior. Trata-se de uma estrada vital para o nosso desenvolvimento e que já deveria estar construída há muitos anos, é importante que todas as tomadas de posição pelos órgãos representativos do nosso Concelho e por todas as pessoas com responsabilidades políticas, sejam intransigentes quanto à defesa dos nossos interesses. Todos os contributos são válidos, desde a moção, ao Executivo da Câmara, desde as várias manifestações públicas, que são todas bem-vindas. No sentido de chamar a atenção da população para uma questão que é importantíssima para o nosso Concelho. Devemos culminar na Assembleia Municipal o nosso protesto e julgo que os Membros do Partido Socialista, naturalmente, acompanharão também esta moção. Deixo, aqui, um apelo aos responsáveis máximos do nosso Concelho do Partido Socialista e às estruturas do Partido Socialista, mesmo a nível distrital, para que façam chegar a quem de direito os problemas com que Nelas se debate,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois seria vital que nós não tivéssemos portagens no IC 12. É este o apelo que quero deixar. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia. Mais alguém deseja usar da palavra sobre a moção?

Uma vez que não, vou passar à leitura da mesma e posteriormente à sua votação.

### Proposta de Moção

- Considerando que o IC 12 é uma via estruturante para o Concelho de Nelas;  
- Considerando que se trata de um investimento estratégico e de grande envergadura para a região;

- Considerando que tem sido uma medida de discriminação positiva a isenção de portagens em vias com perfil de auto-estrada no interior do país;

- Considerando que o atraso na construção do IC 12, já se perde na memória do tempo e muito tem prejudicado o desenvolvimento do Concelho;

- Considerando que o Senhor Ministro das Obras Públicas assumiu publicamente que não seriam cobradas portagens no IC 12;

- Considerando que, segundo o anúncio no Diário da República, está prevista a cobrança de portagens pelos utentes no troço do IC12 Canas de Senhorim - Mangualde;

A Assembleia Municipal de Nelas, reunida em sessão ordinária de 18 de Abril de 2008, delibera, não aceitar a intenção de introduzir portagens na referida via e tudo fará para que seja revogada essa intenção.

Desta moção, deverá ser dado conhecimento e solicitado esclarecimentos a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, ao Exmo. Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, ao Presidente das Estradas de Portugal, SA e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Posto isto, pergunto, quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada a moção por unanimidade.

Passamos à votação do Voto de Pesar apresentado aqui pelo Senhor Membro da Assembleia Borges dos Santos referente a um ex-Membro desta Assembleia Municipal. Assim, relativamente ao Voto de Pesar, quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade.

Continuando com o assunto Antes da Ordem do Dia e na sequência das inscrições tem a palavra o Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos. Faz favor.

O Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos:

- Senhor Presidente da Assembleia, fico com a sensação que alguns responsáveis autárquicos locais têm má memória.

Quero dizer-lhe, antes de mais, que o Senhor Professor Queirós, pessoa da casa dos meus pais com quem privei muitos anos, foi meu Professor de Desenho na Escola Secundária de Nelas.

Mas, se em tenra idade me ensinou a fazer uns riscos, porque nunca tive muito jeito para aquilo, mais tarde foi Membro desta Assembleia Municipal na qual teve assento na bancada do Partido Socialista e eu na bancada do Partido Social Democrata.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por vezes, quando se fazem ou pretendem fazer ataques pessoais é preciso, se calhar, fazer um pouco de memória e história às coisas.

Na última Assembleia Municipal não fiz nenhum ataque pessoal ao Senhor Presidente da Assembleia, como o Senhor pretendeu fazer passar hoje e também já na última Assembleia, fazendo disto um caso.

Não quero fazer disto um caso, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Tenho pelo Senhor todo o respeito institucional que me merece e a estima pessoal de pessoa que conheço há muitos anos.

Trouxe, aqui, um problema do nosso Concelho. Não venho aqui discutir nem atacar pessoas; vim aqui discutir algo que tinha já uma sequência, caso o Senhor não se recorde, no ano passado, o tal regulamento que deveria ser votado e aprovado para o funcionamento de um equipamento concelhio, onde já estão enterrados trezentos mil contos dos bolsos dos contribuintes portugueses e do nosso Concelho.

Não quero perder tempo a discutir se o Senhor ou se a Senhora Presidente da Câmara receberam correspondência. Isso é um problema dos correios, da DHL, dos carteiros ou dos serviços da Assembleia. Isso a mim não me interessa para coisa nenhuma; só me interessam pelo facto de haver muitas coincidências. O Senhor vai ouvir-me porque trouxe questões pessoais. Quanto ao e-mail que recebeu a dizer o que foi enviado e a quem, não me interessa e, nem quero ir por aí porque são muitas coincidências.

O Senhor Presidente só hoje, dia 18, é que recebeu uma carta datada de 3 de Abril. O Senhor está com muito azar porque nesta casa afinal os correios funcionam mal. A verdade, Senhor Presidente, para mim, aquilo que me aqui trouxe e que me interessa é pôr a funcionar a Quinta da Cerca, porque estou bastante preocupado. Pelos vistos, o Senhor Presidente no tempo que esteve com as *demarches* a perguntar por tudo isso, podia ter feito diligências junto da Câmara para estarmos aqui, hoje, a aprovar o Regulamento da Quinta da Cerca. Seria, isso sim, uma preocupação de autarca responsável sobre um assunto tão importante para o Concelho, em vez de estar preocupado em me dar lições, ou dizer se o Senhor Professor Queirós me conhece ou não.

E como já lhe provei, o Senhor está enganado. Nem lhe aceito, tão pouco, que volte a tocar em assuntos pessoais porque esta Assembleia não é para esgrimir assuntos pessoais. Esta Assembleia é para discutir assuntos da nossa terra, Senhor Presidente da Assembleia. Para que não lhe perca o respeito, agradeço que o Senhor me respeite.

O Senhor Professor Queirós, Presidente da Liga dos Amigos de Conimbriga, manda uma carta dirigida a todos, por isso não vou lê-la, porque isso não me diz respeito, é à Câmara que compete resolver este assunto e o Senhor, neste caso, como Presidente da Assembleia Municipal poderia ter intervindo junto da Câmara.

Andamos aqui numa bola de ping-pong enquanto a Quinta da Cerca está fechada. Este é o facto e aqui temos, mais, a ameaça da Liga dos Amigos de Conimbriga com quem a Câmara, independente de quem a gere tem um contrato assinado e um acordo que está prestes a ser denunciado por falta de cumprimento dos compromissos assumidos. É o que diz esta carta que o Senhor Presidente da Assembleia ainda leu, aí é feita essa chamada de atenção.

Espero que a Câmara, numa próxima sessão da Assembleia Municipal traga o regulamento, que tanto carece, e que a Liga de Amigos tanto reclama para que a Quinta da Cerca possa abrir.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Julgo com isto tudo, Senhor Presidente da Assembleia, que neste momento estamos esclarecidos de uma vez por todas. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia. Ficam registadas as suas palavras mas começo por informá-lo que aquilo que disse me foi transmitido directamente pelo Senhor Professor Queirós, no tocante a carta, informo-o que a carta pode ser de 3 de Abril, mas o selo é de 17 de Abril. Pretendo apenas corrigir as suas informações, a discussão termina aqui.

Dou agora a palavra à Senhora Presidente da Câmara, para também prestar alguns esclarecimentos sobre este assunto.

A Senhora Presidente da Câmara:

- Muito boa noite.

Queria dizer ao Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos que sobre a questão da carta do Professor Queirós, esta já foi ultrapassada. Tive uma reunião com ele há dois ou três dias. Brevemente trarei aqui o assunto dissecado mas queria tranquilizá-lo em relação à Quinta da Cerca.

Quanto à Quinta da Cerca, devo dizer-lhe que, faz parte do nosso programa continuar a desenvolvê-la em colaboração com a Liga de Amigos e brevemente terá novidades nesse sentido.

O que o Professor Queirós nos fez sentir é que havia muita contra informação. Ele pediu desculpa pelo teor de algumas observações feitas nessa missiva. Espero assim, tranquilizá-lo a esse propósito.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

- Como ainda nos encontramos no Período de Antes da Ordem do Dia, pergunto se mais alguém deseja usar da palavra sobre este ponto.

Uma vez que não, passamos para o Período da Ordem do Dia.

Período da Ordem do Dia, ponto 2.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, nos termos da alínea e), do n.º.1, do art.º. 53.º, da Lei n.º.169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Senhores Deputados Municipais

De acordo com a alínea e), do n.º. 1, do Art.º. 53.º, da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tenho a honra de apresentar a V<sup>as</sup>. Ex<sup>as</sup> a informação escrita acerca da actividade do Município, bem como a sua situação financeira, desde 29 de Fevereiro último até hoje.

1) Assim, iniciaram-se os trabalhos de:

- Requalificação urbana da Praça do Município;
- Colocação de 4 paragens de autocarros na freguesia de Senhorim;
- Rua de ligação da Rua da Shell à Rua António Joaquim Henriques, em Nelas;
- Ampliação da rede de esgotos na Urgeiriça;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Pavimentação dos passeios na rotunda de Casal Sancho;
- Ampliação das redes de águas e esgotos nas Caldas da Felgueira;
- Rede de águas pluviais nas Caldas da Felgueira;
- Redes subterrâneas de electricidade e telecomunicações nas Caldas da Felgueira;
- Construção de alterações no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim;
- Alargamento de caminho na Póvoa de Santo António;
- Alargamento da Rua da Linha, em Canas de Senhorim;
- Alargamento do caminho de ligação da Estrada da Agueira à entrada do Campo de Futebol, em Canas de Senhorim;
- Alargamento da Rua do Salgueiro, em Agueira;
- Vedação do Parque Infantil de Vila Ruiva;
- Pavimentação, em betuminoso, da Rua do Farnês, em Nelas;
- Colocação de portões na Rua do Passal, em Canas de Senhorim;
- Beneficiação da rotunda do Campo de Futebol, em Nelas;
- Beneficiação da rotunda da Vinha, em Nelas;
- Jardinagem da rotunda de Casal Sancho;
- Vedação da Escola do 1.º Ciclo de Carvalhal Redondo;
- Iluminação do exterior da Capela de Santa Luzia, em Casal Sancho;
- Rede pluvial na Estrada Agueira - Pisão;
- Beneficiação da futura sede da Misericórdia de Canas de Senhorim;
- Construção de 2 salas de aulas na Escola EB2,3, em Nelas;
- Construção de muros no espaço exterior da Capela da Sra. do Viso, em Carvalhal Redondo;
- Alargamento do Acesso à Igreja, em Senhorim;
- Reposição do pavimento dos passeios de acesso a Canas de Senhorim;
- Conclusão da poda das árvores no concelho;
- 2) Continuam em execução os trabalhos de:
  - Construção de Parque Infantil, em Vila Ruiva;
  - Arranjo de passeios em várias ruas de Nelas;
  - Construção de Instalações Sanitárias no Parque de São Miguel, em Nelas;
  - Construção da rede de águas pluviais no tardo do cemitério de Carvalhal Redondo, em colaboração com a Junta de Freguesia;
  - Terraplanagem de largo na Póvoa de Luzianes;
  - Colaboração na beneficiação da cozinha da Associação Recreativa e Cultural do Cimo do Povo, em Nelas;
  - Colaboração com a Junta de Freguesia de Nelas no alargamento da Rua da Circunvalação, no Folhadal;
  - Arranjo urbanístico nas Carvalhas, em colaboração com a Junta de Freguesia;
  - Construção de rede eléctrica e rede PT na Zona Industrial de Nelas (lado da Topack);
  - Construção de arruamento na Zona Industrial de Nelas (lado da Lusofinsa);
  - Rotunda de Casal Sancho – Muro da Capela de Santa Luzia – Arranjos urbanísticos;
  - Recuperação da Casa dos Senas, em Senhorim;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Pavimentação de passeios no Areal, em Nelas;
- Pintura de passadeiras em Nelas;
- Construção de rede de águas, esgotos e pluviais na Zona Industrial de Nelas;
- Pavimentação de passeios na Rua Marques Pinto, em Nelas;
- Rua do Futuro, em Carvalhal Redondo – Rede de esgotos domésticos e rede pluvial;
- Abertura da Rua da Soma, em Santar;
- Construção de barracão, em Algerás, resultante das expropriações da Rua das Eiras e construção de poço;
  - Alargamento e beneficiação do caminho de acesso ao campo de futebol, em Vilar Seco, em colaboração com a Junta de Freguesia;
  - Beneficiação de caminhos na freguesia de Senhorim em colaboração com a Junta de Freguesia;
  - Construção de novos acessos na Zona industrial 1, de Nelas (lado da Topack);
  - Início da construção do acesso ao Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Nelas e limpeza de terreno;
  - Quinta da Cerca - Construção da adutora de abastecimento de água potável;
  - Limpeza de bermas/taludes nas estradas municipais;
  - Negociação das expropriações para a construção da Variante da Agueira;
  - Reparação de pavimentos nas freguesias;
  - Continuação da ampliação da energia eléctrica, em Nelas;
  - Electrificação das Oficinas Municipais;
  - Abertura da Rua de Acesso ao futuro Centro de Dia, em Vilar Seco;
  - Construção do Edifício Social dos Estaleiros Municipais;
  - Construção das novas Oficinas Municipais;
  - Limpeza/alargamento de caminhos nas freguesias de Canas de Senhorim, Santar e Senhorim;
  - Manutenção e limpeza de fossas no concelho;
- 3) Concluíram-se os trabalhos de:
  - Construção de Parque Infantil na Igreja – Senhorim;
  - Beneficiação da Capela da Sr.<sup>a</sup> do Viso, em Vila de Senhorim;
  - Construção de 2 paragens de autocarros, em Nelas;
  - Construção de Instalações Sanitárias no Parque Infantil do Areal, em Nelas;
  - Construção de acesso a pessoas de mobilidade condicionada nos Paços do Concelho;
  - Construção de estacionamento para pessoas de mobilidade condicionada nos Paços do Concelho;
  - Construção de rede de esgotos no Folhadal;
  - Construção de redes de águas e esgotos em Casal Sancho;
  - Construção de passeios na envolvente da sede da Banda de Vilar Seco;
  - Pavimentação do Largo da Capela Mortuária de Moreira, em colaboração com a Junta de Freguesia;
  - Beneficiação de Largo em Moreira;
  - Negociações para a aquisição de terreno nos Moinhos para requalificação do tratamento de esgotos;
  - Alargamento de caminho em Algerás;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 4) Informação financeira:

Informo V<sup>as</sup>. Ex<sup>as</sup>. que em 31 de Março de 2008:

- As disponibilidades existentes na Tesouraria da Câmara Municipal totalizavam 209.235,95 euros;
- As dívidas a fornecedores existentes eram na quantia de 1.241.842,99 euros, estando por pagar facturas de fornecedores desde o mês de Outubro de 2007;
- As dívidas a Empreiteiros eram na quantia de 214.316,07 euros.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

- Sobre este ponto, alguém quer usar da palavra.

O Senhor Membro da Assembleia Rui Costa vai usar da palavra. faça o favor.

O Senhor Membro da Assembleia Rui Costa:

- Senhores Presidentes de Junta, caros colegas, relativamente à informação da Senhora Presidente sobre a actividade municipal, esta, tem sido tratada com um pouco de desleixo por nós; eu próprio faço mea culpa. A questão dos trabalhos que se iniciam, dos trabalhos que decorrem e dos trabalhos que se lançam nos últimos três meses, são de extrema importância. Isto é a actividade municipal, é o que a Câmara faz.

Mas, além destas informações, sobre as requalificações de ruas ou sobre o lançamento de acessos a igrejas, há mais actividades a decorrerem na política concelhia e que não são escritas. Por isso pedia à Senhora Presidente para, hoje nos informar sobre toda a actividade municipal e, não apenas a ligada à construção civil, como são os passeios, as ruas ou por arranjar esgotos.

A actividade municipal é mais do que isto. Desde a postura institucional, ao diálogo, ao sentido de Estado, à solidariedade, ao debate de ideias e ao equilíbrio financeiro que este Executivo tem realizado durante estes últimos dois anos e meio, pedia à Senhora Presidente para nos transmitir e informar sobre o que aconteceu na última reunião entre todos os Presidentes de Câmara do Distrito, o Senhor Primeiro Ministro José Sócrates e demais Membros do Governo. Segundo parece, foi dada a palavra a todos os Presidentes da Câmara e quando foi a altura da Presidente da Câmara Municipal de Nelas expor os problemas do Concelho, todos os outros Presidentes lhe deram os parabéns porque conseguiu aquecer a sala e quebrar o gelo que até aí estava instalado.

Pretendia saber se foi verdade e, se foi, aproveitasse o momento para nos esclarecer, porque isto é actividade política e desenvolvimento concelhio. Não é por sermos de um partido que até é oposição a este Governo que não deixamos de conviver com o Governo da Nação.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Rui Costa. Passo, agora, a palavra ao Senhor membro da Assembleia Pedro Moreira. Faz favor.

O Senhor Membro da Assembleia Pedro Moreira:

- Boa noite Senhor Presidente,  
Senhora Presidente de Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Estimados Membros da Assembleia,  
Estimado Público,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Muito boa noite.

Muito se tem falado sobre as Caldas da Felgueira, assim, gostava de colocar uma questão à Senhora Presidente da Câmara em relação a este assunto. Como é sabido, o complexo das Termas e o Hotel da Felgueira foi adquirido, recentemente, por um grande grupo económico a nível nacional, a pergunta é: dado o avultado investimento que foi realizado, pretendo saber se a expectativa do investimento na aquisição daqueles equipamentos é para ficar como está, ou vai haver um acréscimo da qualidade e, em que medida, é que o investimento público, irá acompanhar o investimento privado.

Isto no capítulo da requalificação urbana, no que pode haver a nível de expansão urbana e de controlo urbanístico da aldeia turística que é as Caldas da Felgueira. Que contactos específicos e que ligações existem com esse grupo económico para encetar estratégias comuns? Voltando ao plano urbanístico, gostaria de saber se há algum plano específico para as Caldas da Felgueira no ponto de vista da requalificação. Há intenção de fazer um plano de pormenor?

Há, também, uma questão paralela para outra zona do nosso Concelho, na área do turismo, que é Santar, onde, também, um grande grupo económico está a investir. Pergunto também, que tipo de estratégia é que existe e que tipo de investimento público vai acompanhar o privado? Que tipo de relações há com esses grupos económicos e que estratégias comuns existem?

Em relação à Zona Industrial, queria voltar a falar na suspensão do PDM. Em que ponto é que está esse processo? Que tipo de relações há? Que estratégias comuns há com os empresários da Zona Industrial com vista a novos investimentos?

Muito obrigado. Boa noite.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Pedro Moreira. Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos, faça o favor.

O Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos:

- No tocante à actividade municipal, e, relativamente à informação que a Senhora Presidente da Câmara facultou à Assembleia e aos seus Membros, tenho uma questão para colocar. Fez-me alguma estranheza, que na parte da informação financeira, em 31 de Março de 2008, é-nos dito que a Tesouraria da Câmara Municipal dispõe de duzentos e nove mil euros, sensivelmente. Que as dívidas a fornecedores, em 31 de Março, são de um milhão, duzentos e quarenta e um mil euros e, o mês que está a pagamento a fornecedores, é Outubro de dois mil e sete. Sendo as dívidas a empreiteiros de duzentos e catorze mil euros.

A minha questão é que, comparando a última informação que a Senhora Presidente prestou na Assembleia de 29 de Fevereiro os números que a Câmara apresentava em 31 de Janeiro deste ano eram os seguintes: o caixa tinha quinhentos e vinte e seis mil euros, as dívidas a fornecedores eram de seiscentos e vinte e quatro mil euros, o mês que estava a pagamento era Setembro de dois mil e sete e as dívidas a empreiteiros eram de cento e oitenta e três mil euros.

O que é que isto quer dizer? Numa leitura simplista, em 31 de Janeiro tínhamos quinhentos e vinte e seis mil euros na caixa, em 31 de Março, dois meses depois, temos duzentos mil; temos menos trezentos e poucos mil. As dívidas a fornecedores eram, em 31 de Janeiro, de seiscentos e vinte e quatro mil euros e em dois meses passaram para o





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dobro, isto é, um milhão duzentos e quarenta e um mil euros. Dois meses foram passados e em termos de pagamentos médios a fornecedores apenas se recuperou um mês, ou seja, se fosse a lógica de dois meses à frente estaríamos a pagar o mês de Novembro. Porque antes estávamos em Setembro, passaram dois meses, as dívidas a empreiteiros também aumentaram de cento e oitenta e três mil euros para duzentos e catorze mil euros.

Em termos de gestão não sei o que informação quer traduzir, concretamente. Obviamente, que a dívida a fornecedores em dois meses passa para o dobro, que os montantes em caixa reduziram para menos de metade do que tinha. Se eu somar tudo isto, estamos a falar de algo que, mesmo não sendo alguém muito formado nesta área, deixa-me no mínimo preocupado em termos de gestão e por isso a minha pergunta, é, atendendo que: Vamos discutir e votar a Conta de Gerência; há um Orçamento e existe uma Conta de Gerência, logo há procedimentos, há Contabilidade. Porque é que, em dois meses, a dívida disparou para mais do dobro, se retirarmos o dinheiro que, entretanto, existe em caixa. Naturalmente, que deve haver uma explicação correcta e, foi isto que mais me chamou à atenção nesta comunicação, e, era isso que eu queria saber. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia. Passo agora, a palavra à Senhora Presidente de Câmara. Senhora Presidente, faça favor:

- A Senhora Presidente da Câmara:

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Caro Público.

Muito boa noite a todos.

Devo dizer que os Senhores Membros da Assembleia Rui Costa e Pedro Moreira tiraram-me, as palavras do discurso que tinha preparado para vós. Assim, vou fazer a minha intervenção e, quando chegar a estes pontos, dar-vos-ei a resposta às questões que colocaram.

Mais uma vez, cá estou a assumir o resultado de todo o trabalho que temos desenvolvido, no escrupuloso cumprimento dos procedimentos legais e na realização dos compromissos eleitorais que assumimos há 3 anos.

Temos colocado as pessoas, as suas necessidades e os seus problemas, no centro da nossa actividade. Muitas têm sido as solicitações que recebemos para resolver questões que, durante anos, não foram mais do que bandeiras eleitorais, em alguns casos, compromissos inadiáveis e que acabaram por se transformar, sempre, em promessas de eterno compromisso.

Aproveito esta oportunidade para poder salientar algumas destas promessas que agora são realidades bem visíveis e de grande utilidade para todos os munícipes.

Tratando-se de um imperativo de consciência e de um desígnio de uma sociedade mais justa e solidária, fazemos das questões da igualdade de oportunidades e da eliminação das barreiras arquitectónicas prioridades permanentes. Assim, conseguimos, a par da constituição de um balcão único de atendimento ao público, construir uma rampa de acesso ao edifício da Câmara Municipal para os cidadãos com mobilidade reduzida, possibilitando-lhes maior autonomia e independência no exercício dos seus direitos. Estas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhorias e adaptações dos recintos, responsabilidade da autarquia, são prática que continuaremos a realizar, porque é inaceitável e a todos devia envergonhar que um município com mobilidade reduzida não pudesse aceder aos serviços do município e realizar actos de algum sigilo e privacidade sem que todos tenham conhecimento, só se realizavam em plena praça pública à vista de todos. Situações destas, não mais voltarão a acontecer.

Se a mobilidade é um agente da nossa acção, naturalmente que as vias de comunicação têm estado na agenda do dia. Porém, não queremos fazer à pressa o que depois acaba por sair caro ao orçamento municipal. Veja-se o estado em que se encontra a 1ª fase da variante à Vila de Nelas, podemos afirmar que fazer as obras em função do calendário eleitoral tem os seus custos, não só os de construção, de manutenção ou de reparação, mas principalmente os de segurança.

Os discursos da segurança rodoviária, tão caros a toda a classe política, em especial durante as inúmeras campanhas eleitorais locais, nunca foram capazes de se traduzir em segurança efectiva. Que o digam as pessoas de Santar com 20 anos de promessas e ilusões. A rotunda de Santar é uma realidade bem visível neste momento e neste particular quero agradecer a todos os técnicos e funcionários da Câmara Municipal pelo excelente trabalho executado, pelo seu empenho, pela sua dedicação, pela sua competência, pois, a maior parte desta obra é fruto do seu trabalho.

Quero ainda recordar que, infelizmente, esta obra resulta da necessidade de eliminar um dos pontos negros da malha viária municipal e, esperamos que com o investimento efectuado melhore as condições da via e que nunca mais haja notícias de infortúnios, porque este é o nosso grande objectivo.

Era bem melhor que os pontos negros da sinistralidade automóvel do concelho se resumissem a este local, mas outros há a debelar no imediato. Assim iremos realizar o compromisso da construção das rotundas de Canas de Senhorim, porque, para nós não há diferenças de tratamento e todos nos merecem igual consideração. Trata-se de um ponto de grande fluxo e intensidade de trânsito, com grande perigosidade, pelo que desde cedo nos mereceu especial cuidado e atenção. Será, como afirmei, objecto de intervenção pormenorizada.

Queria aqui agradecer e realçar o trabalho do Senhor Presidente de Junta de Canas de Senhorim no empenho e nos esforços que tem desencadeado para que esta obra seja uma realidade, bem como nos contactos com os proprietários de alguns dos terrenos que vão ser necessários anexar.

Não querendo dar continuidade a uma prática política assente no alcatrão e no betão, mas considerando-os factores determinantes na criação de condições para o desenvolvimento sustentado e, na segurança dos seus munícipes, assim, vamos poder arrancar com a construção da 2ª fase da variante à Vila de Nelas. Todos sabemos qual a intensidade de tráfego pesado que circula junto à sede do Agrupamento de Escolas e o perigo que representa para a comunidade escolar. Todos sabemos a importância que esta via terá nos futuros acessos ao IC 12 e ao IC 37, e todos sabemos ainda qual a necessidade de apoio à Zona Industrial de Nelas. Assim, por estas e demais razões, era importante realizá-la com urgência o que, naturalmente, é nossa vontade.

Mas fá-lo-emos com rigor, com controlo de custos, não queremos que, em 5 anos, fique no estado de degradação em que se encontra a 1ª fase. O avanço desta empreitada será feito, numa primeira fase, por administração directa, com o nosso pessoal



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e com as nossas máquinas, uma vez que investimos na aquisição de maquinaria que nos permite ter maior capacidade de execução e, posteriormente, far-se-á concurso para a sua conclusão com a colocação de asfalto.

No que concerne a obras, posso ainda referenciar algumas das que se encontram a decorrer como; as salas de aula que tanta celeuma têm gerado e cuja responsabilidade do atraso se deveu à DREC, factos que são públicos, provados e assumidos pelos representantes do Ministério da Educação. Mesmo assim, quando temos recebido elogios dos demais responsáveis do Ministério da Educação pelo modo como temos procurado assumir as competências que nos foram transferidas, sem as respectivas dotações financeiras, ainda há espíritos agitados e inquietos que continuamente tem feito tristes espectáculos públicos para tentar responsabilizar a Câmara Municipal. Mas a realidade é incontornável, a obra está á vista de todos.

Quero ainda salientar outros aspectos do trabalho que temos desenvolvido e que têm resultado em conquistas para o nosso concelho.

Depois de várias reuniões, propostas e contrapropostas com a EDM e com o Governo, podemos agora informar, com toda a frontalidade, dois aspectos determinantes, por um lado, a cedência da Casa do Pessoal das Minas da Urgeiriça que passou a ser património municipal e que muita utilidade terá na preservação da memória e da cultura, de todos quantos lá trabalharam; será uma homenagem a todos os mineiros que contribuíram para o desenvolvimento do concelho de Nelas.

Por outro lado, a construção da ETAR da Urgeiriça que contribuirá para o bem-estar e qualidade de vida de parte da população da Freguesia de Canas de Senhorim, que muito sofreu com o abandono a que os anteriores executivos a condenaram.

Falando ainda em saneamento, recorro que continuamos a executar quilómetros de rede e constatamos que a cobertura de rede apreçada pelo Executivo anterior, cobertura que estava, segundo diziam era de noventa e oito por cento, está muito longe da realidade.

Devo dizer ainda que adquirimos um terreno na localidade de Moinhos, na freguesia de Senhorim que, em breve, servirá para a construção de uma ETAR, mas que no imediato e dada a extrema necessidade servirá para o alargamento da fossa existente. Não se avança, para já, com a construção da ETAR, porque, como é sabido, há candidaturas que estão a ser feitas ao QREN, candidaturas que estão a ser preparadas e que serão integradas numa candidatura mais abrangente, provavelmente, supra ou intermunicipal.

Mas outras áreas foram, também, contempladas com trabalho e obra. Parafrazeando Fernando Pessoa “o melhor do mundo são as crianças”, recorro que estamos a dar continuidade a uma aposta de dotar todas as freguesias de espaço digno e seguro para que as crianças possam brincar, é o caso de Senhorim, Vila Ruiva e o Parque da Felgueira.

Quanto à Felgueira, e aproveitando para responder também ao Pedro Moreira, devo dizer que as Caldas da Felgueira é um dos pólos turísticos mais importantes; digamos que será a parte de um todo porque no Concelho há outros pontos que, juntamente com a Felgueira, fazem de Nelas um Concelho com grande potencialidade turística. Refiro-me, naturalmente, também a Santar e ao nosso património arquitectónico e arqueológico, que é conhecido de todos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Devo dizer que a Felgueira tem um Plano de Pormenor antigo, que foi aprovado há muitos anos em reunião de Câmara, mas que nunca veio à Assembleia Municipal; nós estamos a analisa-lo, vamos ver o que se pode aproveitar desse Plano de Pormenor.

Mas, como dizia, a Felgueira é parte de um todo. Neste momento, também em Santar, temos a aposta da Dão Sul, temos o projecto do Museu do Vinho que será apresentado, exactamente, em Setembro, altura em que se vai comemorar o centenário da Região Demarcada do Dão.

Em relação ao problema que levantou das obras, devo dizer que teria sido fácil responder à plantação da primeira couve, era tapar uns buracos, pintar a estrada de preto e aí estava uma obra pronta a ser inaugurada à boa maneira do Executivo anterior, nós não fazemos isso, nós não somos assim, preferimos fazer obras de fundo.

Não sei se as pessoas que aqui estão e se estão a rir, sabiam que a parte baixa da Felgueira não tinha saneamento, é isso que nós estamos a fazer.

Investimos vinte e cinco mil euros numa estação elevatória, estamos a fazer toda a rede, é assim que nós trabalhamos, começamos pelo princípio, não começamos a obra pelo telhado como era habitual.

É claro que, em relação à Felgueira, nós tivemos as habituais pessoas a fazer aqueles números de circo, mas ficou bem claro que nós não cedemos a pressões. Estamos a fazer uma política de proximidade mas quem gere a Câmara é o Executivo e a gestão faz-se de dentro para fora, atendendo sempre, é claro, aos problemas das pessoas, tentando resolvê-los, mas resolvê-los de maneira cabal e de maneira profissional. Não é só para inglês ver como agora se vê os resultados do inglês nas obras do passado.

Mas se as vias de comunicação e o saneamento são infra-estruturas essenciais para o Concelho, a requalificação urbana é um factor e um sinal de desenvolvimento e de modernidade. Neste sentido, todos já tiveram oportunidade de apreciar que a praça do município, um dos nossos cartões de visita, está a ser objecto de uma intervenção que permite realçar o enquadramento com o edifício dos Paços do Concelho. Este espaço está a ser mais valorizando, com maior equilíbrio, conferindo outra dignidade e dimensão à praça, gerando um impacto positivo a quem nos visita e sendo um motivo de orgulho para todos os que cá vivem, e, para aqueles que de um modo mais visível, se foram destacando no contributo que deram para a construção e afirmação do nosso Concelho.

Um povo sem memória é como um ser humano sem alma e por isso queremos sempre, que for oportuno e merecido, prestar a nossa pública homenagem àqueles que muito deram à nossa terra.

Personalidades como José Guilherme Faure, António Garcia e Hermínio Santos não nos podem ficar indiferentes. Foram homens cujo exemplo ainda hoje subsiste e cuja obra ainda hoje é admirada e lembrada por todos. Por isso, no próximo dia 25 de Abril, teremos mais uma oportunidade para esta Assembleia se associar a homenagear estas personalidades da Terra com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal.

Mas, sabendo que a vida de uma destas personalidades, particularmente o Dr. Faure, se mistura com a dos Bombeiros, aproveito também o momento para fazer um ponto de situação do Novo Quartel. Recentemente realizou-se uma reunião no Governo Civil de Viseu com a Autoridade Nacional de Protecção Civil em que conjuntamente participamos com a direcção dos Bombeiros Voluntários de Nelas e onde nos foi comunicado que haverá comparticipação dos Fundos Comunitários para a sua construção do quartel, sendo prioritários os quartéis de Nelas e de Cabanas. Para que estes benefícios



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sejam possíveis, terão de ser cumpridos todos os procedimentos legais inerentes a um concurso público, que naturalmente estamos a ajudar instruir aos Bombeiros. Portanto, os Bombeiros vão ser o dono da obra e a Câmara estará, enfim, na retaguarda a prestar a ajuda e o apoio que for necessário.

Aproveito, agora, para responder ao Senhor Membro da Assembleia Rui Costa. Realizou-se um jantar com o Senhor Primeiro-Ministro, com todos os Membros do Governo e com todos os Presidentes de Câmara do Distrito. É um modelo que fiz questão de elogiar; cumprimentei o Senhor Primeiro-Ministro por isso, acho que é um verdadeiro exercício de política de proximidade e, salvo as devidas proporções, devo dizer, também, que já é prática do Governo local da Autarquia de Nelas, que nós instituímos e que já trabalhamos reunindo com as freguesias.

De qualquer modo, realço a disponibilidade demonstrada pelo Governo e devo dizer que foi uma reunião muito produtiva e tão produtiva que vimos desbloqueados alguns dos assuntos que tínhamos em agenda e cujos resultados são mesmo objectivos.

Devo dizer que foi uma reunião que teve início cerca das sete e meia da noite e que terminou às quatro da manhã. Estavam todos os Membros do Governo presentes e até a própria disposição foi muito interessante uma vez que cada Presidente de Câmara foi colocado entre dois Membros do Governo. A Presidente da Câmara de Nelas ficou entre a Justiça e a Administração Interna, o que foi importante porque, tive ocasião de dizer isso mesmo ao Senhor Primeiro-Ministro que fiquei muito bem sentada porque tinha um problema com o tribunal e outro com o quartel dos Bombeiros e que os tinha resolvido.

Devo dizer, também, que a cada Presidente de Câmara foi atribuído entre cinco a sete minutos para falar sobre política nacional e política concelhia e aquilo que disse o Senhor Membro da Assembleia Rui Costa foi verdade. Comecei por dizer ao Senhor Primeiro-Ministro que sou um pessoa muito positiva, estou na vida sempre pela positiva, que tenho provado isso ao longo do meu comportamento durante estes três anos em particular mas pela minha vida toda. Porque sou muito positiva comecei, exactamente, por salientar as três coisas positivas no âmbito da política nacional que tinham acontecido no meu concelho.

E comecei por lhe, falar do lançamento do IC 12, depois pela requalificação da zona mineira da Urgeiriça e finalmente pela Unidade de Cuidados Continuados.

Foi assim que iniciei a minha intervenção e a seguir coloquei os problemas que tinha, nomeadamente, problemas relacionados com algumas questões da malha viária, da habitação, do apoio social, a questão da Casa do Pessoal das Minas da Urgeiriça, a suspensão do PDM e da sua publicação, que estava a ter algum atraso e devo dizer que, numa semana, desbloqueámos a publicação da suspensão do PDM, desbloqueámos o problema da Casa do Pessoal e tenho garantias de que alguns assuntos relacionados com a nossa indústria, com a malha viária e com a habitação serão brevemente resolvidos.

Devo dizer que tenho a consciência de que estou a fazer o percurso correcto e que estou a salvaguardar condignamente os interesses do Concelho, porque ser-me-ia talvez mais fácil fazer um alarido público e ecoar algumas atoardas na praça pública, pressionando o Governo. Mas não estou assim na vida, prefiro a via do diálogo, ou esgotar a via do respeito institucional e isto não é ser subserviente ao Governo Socialista. Acho que isto é saber ocupar o lugar para que fui eleita com a maioria dos votos do meu Concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A este propósito, devo dizer que não recebo lições de ninguém quando se trata de defender os interesses do meu Concelho, é aqui que eu vivo, é aqui que estou na minha luta diária que travo contra tudo, contra a adversidade, mas penso que estou no caminho certo. Por isso devo dizer mais uma vez que não recebo lições de ninguém quando se trata de defender os interesses do meu Concelho. Não reconheço aqui autoridade moral a ninguém para o fazer.

A segunda e a última nota vai para as contas que hoje apresentamos. É um documento técnico que retrata, por um lado, a competência dos nossos profissionais e por outro, demonstra o trabalho produzido em função das opções realizadas pelo Executivo em conjunto com as freguesias.

Como todos tiveram oportunidade de constatar, pela primeira vez, há um documento mais elaborado, mais explicativo que simplifica a análise dos quadros com a informação que deve ser fornecida.

Devo dizer que sempre me desagradou aquela maneira seca como se apresentava a Conta de Gerência. Tive o cuidado de dizer isso ao meu antecessor quando era Vereadora dele e não vou dizer aqui a resposta que ele me dava nessa altura.

Tivemos o cuidado de apresentar um relatório minucioso e, sempre que possível, procurámos dar a conhecer o que se fez durante este ano nas diversas áreas de intervenção do município.

É uma apresentação que demonstra a transparência com que estamos no exercício das nossas funções. Não queremos esconder nada de ninguém, porque nada há a esconder. Não aceitamos é que queiram prejudicar a gestão do município e, conseqüentemente, os munícipes, com chumbos de contas de gerência, sem qualquer razão de facto ou de direito que o justifique, mas apenas por mera actuação e propaganda política; querendo, apenas, descredibilizar o trabalho sério, competente, dedicado e esforçado dos funcionários desta Câmara Municipal.

Os resultados e os indicadores são-nos muito favoráveis e estão à vista de todos, por muito que custe reconhecer e por muito que desagrade.

Aliás, é já reconhecido por técnicos e por toda a classe política que na terminologia e nos mecanismos de análise de um relatório de contas, bem como todos os seus indicadores, devem ser reformulados porque podem, realmente, induzir em erro.

Os conceitos de investimento e despesa corrente acabam por ser demasiado redutores, não reflectindo, efectivamente, a realidade das despesas e vou dar um exemplo que o Dr. Osvaldo Seixas já deu; a rotunda de Santar é uma despesa corrente. Como sabem, foi um investimento de cerca de sessenta mil contos.

Por mais habilidade que se tenha na leitura dos números, por mais oportunismo político que procurem subtrair na análise das contas, a verdade é que temos razão para encarar o futuro com optimismo. Não são muitas as Câmaras que se podem orgulhar da situação económica e financeira em que estão e a nós quem nos superintende, a Inspeção e o Tribunal de Contas, nada apontam à gestão e à administração municipal.

E devo dizer, a título de exemplo - o Dr. Osvaldo Seixas, a seguir irá explicar isto com outra propriedade, uma vez que ele é da área da gestão e das finanças - devo dizer que quando chegámos à Câmara, tínhamos noventa por cento da capacidade de endividamento tomada, o que significou que tínhamos cerca de seiscentos mil euros disponíveis para endividamento, na altura contraiu-se esse empréstimo. Neste momento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essa capacidade está abaixo dos cinquenta por cento, o que representa uma capacidade de endividamento na ordem dos cinco milhões de euros.

Penso que estamos muito semelhantes, nesta capacidade de endividamento, à Câmara de Viseu. Ora isto vai-nos permitir financiar muitas das candidaturas que nós temos ao QREN, vamos ver quando chegar a hora, quem é que está na política com sentido de responsabilidade, ou quem é que está só a gerir a sua agenda pessoal, preterindo os interesses do Concelho.

Gostava de fazer uma pergunta. Quem é que, afinal, não sabe gerir? Quem é que afinal é incompetente? Mas vejo as caras todas muito satisfeitas porque, realmente, é motivo para nos regozijarmos com este resultado.

Para terminar devo dizer que no próximo dia 25 de Abril vamos ter um convidado de excelência. Convidámos o Dr. António Arnaut, que é, só, o pai do Serviço Nacional de Saúde.

Como toda a gente sabe, a saúde é um tema que está na ordem do dia e é muito caro. Penso que o Dr. António Arnaut pode dar um contributo importante na clarificação de alguns problemas inerentes à saúde, que a todos nós interessa.

Devo dizer também que na véspera, no 24 de Abril, haverá aqui neste mesmo espaço um espectáculo para o qual estão todos convidados, espero que tragam um amigo também, porque vamos ter música alusiva a Abril.

Muito boa noite. Muito obrigada por me terem escutado. Um bom fim de semana para todos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Presidente e muito obrigado, acima de tudo, pelo esclarecimento que nos prestou e pelas informações que nos deu. Dou, agora, a palavra ao Senhor Vereador Osvaldo Seixas que irá, também, prestar esclarecimentos sobre a questão formulada pelo Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos.

O Senhor Vereador Osvaldo Seixas:

- Muito boa noite a todos.

O Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos fez uma leitura simplista dos números. Há dois factores, embora de menos importância, que têm alguma influência nesse retrato que fez.

O Carnaval foi mais cedo e já pagámos aquilo que tínhamos de pagar às Associações para elas realizarem o Carnaval. Há o grande empréstimo da Câmara que custa trezentos mil euros em cada seis meses e que é pago em Março e em Setembro.

Mas, mais importante que isto tudo, a estrutura de receitas da Câmara é composta por dois tipos de receitas: as receitas próprias e as que provêm do Orçamento do Estado. E, as receitas próprias, que constituem uma parte grande das receitas da Câmara, não se recebem todos os meses de forma igual, pois têm momentos próprios. O Imposto Municipal Sobre Imóveis que está agora à cobrança há-de chegar à Câmara para o final de Maio ou Junho; a derrama, que é mais importante ainda, chega-nos lá para Julho; a segunda fase do Imposto Municipal Sobre Imóveis chega-nos em Setembro; a nossa participação no IRS chega-nos um pouco mais tarde. Há alturas em que as receitas oscilam.

Se analisar os elementos nos mesmos períodos dos anos anteriores, vai verificar que esta oscilação é normal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto a isso, e como a Senhora Presidente fez quanto à Quinta da Cerca, deixa-me descansar-te; ninguém está aqui a preparar uma falência fraudulenta da Câmara, nem virão credores executar a Câmara, ou mesmo pedir, de forma nenhuma, a nossa insolvência.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Vereador. Pergunto, se mais alguém deseja usar da palavra neste ponto.

Uma vez que não, passamos para o ponto 2.2 e último ponto - Apreciar e votar, nos termos da alínea c), do nº. 2, do artº. 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2007.

Sobre este ponto vou dar a palavra ao Senhor Vereador Osvaldo Seixas para nos prestar alguns esclarecimentos sobre o mesmo.

O Senhor Vereador Osvaldo Seixas:

- Muito obrigado, mais uma vez, Senhor Presidente. Prometo ser breve até porque a Senhora Presidente falou em muito daquilo que vinha aqui expor e importante neste Relatório de Contas.

Em primeiro lugar, a nova estrutura de Contas que apresentámos é a forma como as Contas chegam às pessoas. O Relatório deixou de ser em duas folhas dizendo quanto investimos e quanto gastámos em despesas correntes. Há um relatório sucinto. Todos os Serviços colaboraram nisto. Queria também agradecer aos funcionários de todos os Serviços, pois foram incansáveis, todos os Chefes de cada Serviço escreveram a sua parte.

Tem algumas falhas e nós queremos, de alguma forma, pedir que revelassem essas falhas, porque há algumas coisas que vêm do ano de 2006 e, só agora aparecem neste Relatório.

Há rubricas que foram feitas no início de 2008 e também vêm neste Relatório, como sendo de 2007. É a primeira vez que na Câmara de Nelas se faz uma coisa destas, em que o Relatório de Gestão tem 27 páginas com quadros, com gráficos explicativos, com demonstrações daquilo que se fez. É muito mais do que as Contas secas, é uma explicação daquilo que a Câmara fez durante o último ano.

Como foi feito pela primeira vez terá falhas, naturalmente. É um processo para melhorar, naturalmente, sentimos que os saltos qualitativos que demos na informação que chega às pessoas, à Câmara e à Assembleia Municipal são superior.

Quanto às Contas propriamente ditas, há um problema, do qual já aqui falei em orçamentos de anos anteriores e que nos preocupa, o facto das despesas correntes serem elevadas.

Como a Senhora Presidente falou é preciso desmistificar este problema, porque, há investimentos que são contabilizados como despesas correntes porque a sua classificação contabilística assim o obriga, mas que decorrem, também, um pouco do atraso que encontrámos na Câmara na implantação do POCAL. Muitas destas despesas correntes passarão a ser investimentos quando conseguirmos ter implementado o sistema de folhas de obra, sendo possível avaliar se a despesa foi um investimento.

Nota-se, também, neste sentido que a Câmara de Nelas sempre apresentou lucros; este ano tem prejuízo o que não me preocupa nada. Mas explicar o porquê só é fácil para quem está de boa fé, isto porque tivemos anos sem ter o património aprovado,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

logo não houve amortizações. Este ano amortizamos tudo o que deveríamos ter amortizado para trás e, naturalmente, não é nada de mais. O que aqui está não é prejuízo efectivo, é lucro a menos que deveria ter vindo nos anos anteriores.

Outro factor que contribui para as despesas correntes serem elevadas, é a nossa estrutura de receitas. Veja-se que as receitas correntes da Câmara correspondem a setenta e cinco por cento das receitas totais da Câmara.

Nós conseguimos, que as despesas correntes sejam inferiores às receitas correntes. Mas, naturalmente, não é a melhor solução uma vez que a própria estrutura das receitas indica o caminho para as despesas.

Há uma série de infraestruturas que se foram construindo em Nelas e nos outros Concelhos. As Câmaras foram construindo Piscinas, Pavilhões, Bibliotecas e para estarem a funcionar em pleno obrigam a ter pessoal, logo surgem despesas correntes. Tem acontecido em todo o lado este aumento das despesas correntes.

Também há novas competências e, mais uma vez, voltamos a falar na Educação, onde passámos de catorze para mais de quarenta funcionários. Temos de servir refeições aos alunos, temos que ter actividades de enriquecimento curricular e temos de pagar aos professores.

Há outro ponto muito importante e muito sensível, refiro-me ao vazio entre Quadros Comunitários. Se, por exemplo, o financiamento do Centro Educativo de Nelas fosse aprovado ainda este ano, teremos, sensivelmente, mais dois milhões de euros de receitas, passando as despesas de capital, obrigatoriamente de vinte e sete por cento para quarenta por cento de capital.

Se a isso acrescentarmos a aprovação do Contrato-Programa para a 2.<sup>a</sup> fase da Variante, ou para a reposição da 1.<sup>a</sup> fase da Variante, aquela que está toda destruída, passamos de quarenta para cinquenta por cento.

Estamos entre o Terceiro Quadro, que acabou em 2006 e o Quarto Quadro Comunitário, o QREN, que ainda não começou, ou que começou agora; o Quadro de Referência Estratégica Nacional para 2007-2013 deveria ter começado em 2007.

Neste momento, a meio de 2008, há programas ainda sem regulamentos. O que quer dizer, que nós não nos podemos candidatar porque não há regulamentos abertos, como é o caso das ETAR's. Sabemos que vai abrir, mas não sabemos quando nem de que forma. Quando lá chegar candidatar-nos-emos, como temos Contratos-Programa pedidos ao Governo, à CCRDC. Como a Senhora Presidente falou, temos a noção que o Governo também não está, propriamente, na melhor das fases em termos económicos. A crise é global e afecta toda a gente, mas é para todos e como tal, quando tivermos essas grandes obras aprovadas e referenciadas esta situação inverter-se-á, naturalmente.

Além disso, demos pequenos passos como: a implementação de folhas de obra, pequeno passo que estamos a dar neste momento. Por exemplo, a revisão do contrato de comunicações da Câmara que encontramos feito e que vigorou até ao final deste mês; conseguimos nas comunicações móveis da Câmara uma redução para menos de metade do custo numa negociação apertada com a Vodafone, equivalendo os outros operadores, todos com contrato com a Central de Compras do Estado, como tal todos com abertura, para podermos fazer a aquisição directa sem concurso.

Consultámo-los a todos conseguindo um contrato, menos de metade do que pagávamos antes para o mesmo volume de comunicações. Isto no final terá uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relevância de um ou dois por cento no Orçamento, mas a este passo acrescentaremos outros.

O Plano Energético Concelhio está neste momento em fase de conclusão. A primeira fase diz respeito aos edifícios da Câmara e está concluído, permitindo uma redução do consumo energético da Câmara que, para além de parte financeira é economicamente vantajosa, e, bom em termos ambientais.

Tudo isto, permite-nos olhar para o futuro com algum optimismo. Sabemos que o limite de endividamento líquido total da Câmara é de oito milhões quinhentos e setenta e quatro mil euros. O endividamento líquido da Câmara, neste momento, é de três milhões seiscentos e um mil euros, o que é considerável. Quer dizer que a Câmara pode, neste momento, recorrer a empréstimos, este estudo foi-me dado hoje; são dados actualizados pela Contabilidade da Câmara. A disponibilidade para empréstimos é de quatro milhões novecentos e setenta e três mil euros; quer isto dizer que se virmos os nossos projectos financiados, aqui apelo a todos os Senhores Membros da Assembleia que sejam compreensíveis, porque as revisões orçamentais, ou o pedido de empréstimo, se for caso disso, virão à Assembleia. Também apelo aos Senhores Vereadores que tenham essa sensibilidade, que ponham o interesse municipal à frente do interesse pessoal e do interesse partidário e que percebam, que a Câmara para ir ao QREN, se tiver que recorrer a empréstimo tem neste momento condições para o fazer.

Para completar aquilo que a Senhora Presidente da Câmara disse, a Câmara de Viseu tem, neste momento, uma capacidade de endividamento que é, aproximadamente, cinquenta por cento do seu orçamento, isto é ronda os quarenta milhões de euros. A nossa capacidade de endividamento, em Nelas, é também de cinquenta por cento do orçamento, logo estamos no bom caminho. Viseu é a referência em termos económicos para o país e para a região; nós estamos, na nossa pequena dimensão, a um nível semelhante ao de Viseu.

Quer com isto dizer que, se nos aprovarem os projectos que temos candidatados como Contratos-Programa para o QREN, teremos de levar à Câmara e trazer aqui à Assembleia, revisões orçamentais e pedidos de aprovação de empréstimos, sem pôr em causa a viabilidade económica da Câmara porque situamo-nos naquilo que a lei nos permite obter.

Para qualquer esclarecimento adicional, estou, naturalmente, à vossa disposição. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Vereador. Perguntava se mais alguns dos Senhores Membros deseja usar da palavra. Senhor Membro Borges dos Santos, faça o favor.

O Senhor Membro da Assembleia Borges dos Santos:

- Vou ser muito breve e vou-me cingir a fazer algumas considerações sobre o Relatório de Gestão deixando as contas para o meu camarada Armando Carvalho.

O Relatório de Gestão, como já aqui foi falado várias vezes, é um documento com vinte e sete páginas que, além de fazer uma apresentação exaustiva das actividades, o que é de louvar, foi feito pelos Serviços. Também acredito, mas foi coordenado e bem coordenado por alguém que tentou que se lesse aquilo que queriam. Se nós formos ver aos números que nos apresentam, eles têm algumas habilidades, ou até algumas artimanhas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para ser breve, vou só apresentar dois casos. Na página cinco lê-se assim: verificou-se no último trimestre de 2007 que o Município de Nelas teve uma boa prestação, em comparação com o ano de 2006, isto é, menos duzentos e trinta e cinco mil duzentos e quarenta e sete euros de despesas com pessoal.

Um leitor menos atento pensa, imediatamente, que foram reduzidas as despesas com pessoal; mas a verdade não é esta. A despesa com pessoal em 2006, foi de três milhões e oitenta e um mil euros e em 2007 foi de três milhões duzentos e setenta e três mil euros, o que se traduziu num aumento de, aproximadamente, duzentos mil euros.

Quem coordenou este Relatório, usou um trimestre em que a despesa baixou. Também deveriam ter usado os outros em que, falivelmente, teve que aumentar porque as contas não enganam.

Este argumento é fácil de entender, porque houve um aumento de despesas com pessoal. Em 2007, segundo os dados que nos foram apresentados, só saíram três funcionários: um técnico-profissional, um operário e um auxiliar. Foram admitidos, entretanto, pelo menos, mais onze. É o que diz o Relatório, mas segundo disse o Senhor Vereador Osvaldo Seixas até foram mais.

Se formos olhar para duas ou três despesas também, rapidamente, vimos que a despesa com pessoal aumentou em todas as rubricas. Com especial incidência nos Membros de Órgãos Autárquicos, mais 15,4%; horas extraordinárias, mais 34,1% e no pessoal contratado a termo e outras situações, 14,4%. Entende-se, evidentemente, a explicação que o Senhor Vereador Osvaldo Seixas deu, com o aumento de pessoal para as Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico.

Como conclusão, se compararmos os dois trimestres em que houve uma diminuição de despesa, terá que haver, obrigatoriamente, um aumento nos outros trimestres. Em Contabilidade não há milagres. O que pode haver é alguma engenharia financeira, como aqui acontece. Escolher este trimestre foi mesmo, como se costuma dizer, “atirar areia para os olhos”. Os Serviços terão feito este trabalho, mas isto foi bem coordenado.

Vou só colocar dois casos para vermos, exactamente, que o Relatório de Gestão está muito bem feito e tenho que dar os parabéns. Temos é que o ler com muita atenção porque se não escorregamos com muita facilidade.

No ponto quatro diz assim: Indicadores de Gestão - para análise da gestão da actividade descrevem-se a seguir os indicadores orçamentais e económicos que se julgam com maior relevância. As receitas próprias constituíram 43% da receita total, correcto, destas os impostos directos atingiram 22% da receita total; transferências provenientes do Orçamento Geral do Estado 57%.

As receitas correntes foram de 77% da receita total, o que também está certo. Depois diz, relativamente à despesa total, a despesa corrente correspondeu a 73%, o que põem logo em evidência a receita corrente e a despesa corrente. Também parece que houve uma poupança de 4%; se a receita foi 77% e a despesa foi 73%, indica-nos, à primeira vista, uma poupança.

As receitas correntes são de 77%, as despesas correntes de 73% e as despesas de capital são 27%. Aparentemente, se as receitas correntes foram 77%, mas omite-se, por exemplo, que a derrama, cobrada às empresas para despesas de capital e obras devidamente identificadas e não para outro fim, tem obras devidamente identificadas só que é arrecadada como receita corrente. A derrama foi no ano de 2007 de 8,8%; basta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tirarmos a derrama das receitas correntes para deixarmos de ter 77% e ficarmos só 68 ou 69%.

Basta tirar a derrama para se inverter a situação, pois não é, de maneira nenhuma, uma receita corrente.

Comparando a despesa corrente de 2006, há uma variação percentual e positiva de 0,6%, isto é, em 2006 foi de 72,7% e em 2007 é de 73,3%, o que corresponde a um aumento real de quinhentos mil euros. A despesa corrente em 2007 foi maior, tanto em percentagem como em valor, que a de 2006 e não como se apresenta Relatório de Contas.

Por sua vez, na Aquisição de Bens de Capital, e fazendo a mesma comparação, há uma variação percentual de menos 2,8%. Em 2006 foram 23,4% e em 2007 são apenas 20,6%. Isto é parte das despesas com a Aquisição de Bens.

Se compararmos os Orçamentos executados em 2007 há uma diminuição de um milhão de euros. Foram orçamentados três milhões e executados apenas dois milhões, ou seja,  $\frac{2}{3}$ ; analisando o orçamentado e o executado.

Em conclusão, passo a ler para não demorar muito tempo. Embora tenha havido um aumento de receitas significativo foi tudo absorvido pelo aumento da receita corrente, é verdade que a receita aumentou, não há dúvida nenhuma. O Município está de boa saúde; os impostos a entrar a horas como deve ser.

Tal como prevíamos, aquando da apresentação do Plano e do Orçamento, confirma-se que o Orçamento de Capital estava bastante inflacionado, pois previa três milhões e seiscentos mil euros e apenas foram executados dois milhões, duzentos e cinquenta mil euros. Ainda que as receitas correntes tenham ultrapassado as previsões não houve engenho nem arte para reduzir as despesas correntes e transferir para as despesas de capital aquilo que já devia ter sido feito há muito tempo.

Nem as verbas da derrama, que foram oitocentos e sessenta e quatro mil euros, foram transferidos na totalidade ou até pela metade, foram transferidos apenas cerca de quatrocentos mil euros. Nas despesas de capital continuamos a ter uma execução muito longe dos 40% previstos chegando apenas aos 27%.

Apraz-nos registar um aspecto que deriva do discurso da Senhora Presidente e o do Senhor Vereador. Fazem-nos crer que nas próximas Contas a apresentarem, vão inverter esta situação.

Faço votos que as contas de 2008 assim sejam.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Membro da Assembleia Borges dos Santos, muito obrigado. Mais algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra. Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho, faça favor:

O Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho:

- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal,  
Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores do Executivo e Senhores Vereadores não Executivos,  
Exmos. Membros da Assembleia Municipal,  
Caríssimos Concidãos,  
Boa noite.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gastando apenas trinta segundos para depois, organizar um pensamento final do meu relatório, queria pedir a ajuda para melhor interpretar algumas verbas.

Refiro-me ao mapa de endividamento, mais concretamente às dívidas a terceiros, que fizeram o favor de nos fornecer e que por ser de leitura difícil, tentei agrupar por empresas, dado que os lançamentos estão, por força da Contabilidade, por datas e por número de lançamento. Fiz alguns agrupamentos por sujeitos credores destas duzentos e oitenta firmas distintas que se encontram neste documento. Nas 25 páginas, encontrei alguns somatórios, por exemplo, cerca de cento e cinquenta empresas com crédito maior que mil euros e aqui tem algum peso, que acho normal, são os pagamentos de passagem de mês como está cá também os pagamentos dos vencimentos que teriam que ser pagos no dia seguinte, a Caixa Geral de Aposentações e a ADSE.

Perguntava ao Senhor Vereador Dr. Osvaldo Seixas a razão deste valor que aqui aparece referente à Nelcivil, pois ainda tem um crédito sobre a Câmara, de cento e dez mil euros. Ainda se refere ao processo de pagamento da obra da Mata das Alminhas? Depois, em relação à Câmara Municipal de Mangualde, julgo que está ligado ao pagamento das águas, que tinha um saldo a zero no início e depois passou a cento e seis mil euros. Gostava que me dissesse se é relativo a dois ou a três meses.

Há aqui algumas verbas muito consideráveis que espero, muito sinceramente, ver evoluir nos próximos documentos.

Felizmente que nós não temos sempre acesso aos documentos de Tesouraria e aos documentos de lançamento diário. Não vou consultar o vosso sistema informático, como é evidente, porque acreditamos nisso, mas há aqui valores preocupantes, como por exemplo, trinta e sete mil euros aos Felizardos, cinquenta e quatro mil euros à Agrepur, sessenta e sete mil à EDP. São verbas muito, muito preocupantes. Dezassete mil euros ao Corte Inglês, doze mil duzentos e cinquenta euros ao Laboratório de Expressão Dramática, dez mil à Grafinelas. Temos alguns valores, entre dez mil e vinte mil euros, em umas doze empresas, que nos preocupam bastante.

Pedia este esclarecimento de imediato, aproveito para pedir ao Senhor Presidente a palavra quando achasse oportuno para comentar de forma mais global.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho. Passava agora a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos.

O Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Voltando um pouco atrás àquela questão da informação da Senhora Presidente da Câmara e que o Senhor Vereador Osvaldo Seixas fez o favor de explicar. Se percebi bem a questão do caixa está explicado com o Carnaval.

Mas deixa de ficar arrumada a questão das dívidas a fornecedores, que duplicaram. Quero acreditar que os fornecedores enviaram as facturas nesta altura, ou houve um aumento do volume de obras em dois meses, porque, passarem de seiscentos mil para um milhão duzentos e tal mil euros.

A Conta de Gerência tem a sua apreciação política, e, é aquela que venho aqui apresentar. Mas também tem o carácter técnico das Contas e sobre isso, podíamos passar aqui a noite toda a esgrimir argumentos de todas as partes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O ideal de uma gestão autárquica, como também é a minha convicção e a própria legislação assim o diz, deveriam corresponder as despesas correntes entre os sessenta ou quarenta por cento, do limite.

Recordo-me que há quinze ou vinte anos nós discutíamos execuções orçamentais de 55% de capital e 45% de despesas correntes e acusávamos os Executivos, como bancadas da Oposição e vice-versa de uma gestão descuidada. Quando estávamos completamente invertidos na década de oitenta, esta era a discussão apaixonada das Assembleias Municipais.

Hoje, aceitamos que uma despesa corrente já esteja em 74% quase como saldo final de uma gestão. Não sou daqueles que apenas está aqui para fazer “bota abaixo”, como é óbvio, não é essa a intenção, mas não sou dos que partilham desta visão.

Isto não é uma gestão meritória, neste aspecto, nem traduz, na minha humilde perspectiva, aquilo que deve ser uma gestão autárquica até porque podemos fazer, como o Senhor Membro da Assembleia Borges dos Santos disse, as engenharias que se queira. Os números apresentam-se da forma que se quer e, politicamente não há inocentes. Defende-se a gestão para aconchegar a gestão política que o Executivo fez, mas não deixa de se esconder uma realidade; há tendência de um aumento de despesa corrente, a qual tem a ver essencialmente com os custos do Pessoal.

Mesmo que se tenha que fazer uma rotunda ou um muro, não se vai fazer com as mãos. Os tijolos e o cimento vão para as despesas de capital e esta questão das despesas correntes é uma falácia. Porque senão a telefonista da Câmara também está nas obras porque ela ao atender o empreiteiro também está a participar na obra A, B ou C.

Por outro lado fico satisfeito em saber que temos uma almofada para nos podermos socorrer de um empréstimo. No entanto, é sempre uma almofada que vai gerar custos e comprometer o futuro. Um empréstimo que se contraia é sempre um empréstimo e comprometerá concerteza.

Se estiverem em causa obras estruturantes para o nosso Concelho que tenhamos que nos socorrer disso para realizar uma obra, é evidente que ninguém se vai opor a isso. Mas quero dizer que não deixa de ser só isso, logo não vem por si só acalmar os espíritos de desequilíbrio e de comprometimento que este tipo de Conta de Gerência nos traduz.

Apenas quero aqui reflectir essa minha preocupação. Quero dizer que me vou abster, mas, também, não sou dos que pensam que as Contas não estarão correctas; não é isso que está em causa.

Apelo a que haja uma inversão porque o Executivo está para fazer obra e os dinheiros públicos são para fazer obra e a obra traduz-se nas despesas correntes e não nas despesas de capital.

Nas despesas de capital reflecte-se a gordura da Câmara Municipal e essa deveríamos combatê-la porque não produz nada.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia e passo agora a palavra ao Senhor Vereador Osvaldo Seixas para prestar esclarecimentos às dúvidas levantadas.

O Senhor Vereador Dr. Osvaldo Seixas:

- Mais uma vez, muito obrigado Senhor Presidente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vou começar pelo fim porque é mais prático para mim. O Senhor Membro da Assembleia Paulo Santos falou em gordura; não acho que seja gordura. Os funcionários não são a gordura da Câmara; são importantes no funcionamento da Câmara Municipal.

Agora, o que estás a ver é um paradigma. Na década de oitenta, a Câmara tinha menos de um terço das competências que tem hoje, isto é, a Câmara tinha menos infraestruturas para manter a funcionar e tu sabes que é verdade.

Naturalmente que todos temos de evoluir e o nosso sentido de evolução deve ser para a diminuição das despesas correntes. Mas não é fácil combater isto, até o Governo está com esse problema. Há Câmaras que, por questões estruturais, como Vila do Conde e Viseu, que têm essa estrutura invertida nessa ordem de grandeza que tu falas dos cinquenta, dos sessenta ou dos quarenta por cento. O normal nas Câmaras que conheço é trinta, setenta e algumas com bem menos do que isso, mas o normal é de trinta a setenta.

Fico feliz, sinceramente, por teres aqui admitido que se vier aqui um empréstimo que vais votar a favor se for para obras estruturantes, foi isso que aqui dissemos.

Naturalmente que o empréstimo quando vier à Assembleia Municipal, como quando for à Câmara é para obras estruturantes no Concelho, que sejam aprovadas por Planos do QREN ou por Contratos-Programa. Também admito que os Senhores do Partido Socialista, embora não o tenham aqui dito, farão o mesmo.

Quanto à questão das despesas correntes, quero dizer que os tijolos são despesas de capital, mas o combustível e a manutenção das máquinas não o são. O Pessoal está classificado como despesa corrente, mas temos de arranjar uma forma, através de folhas de obra, de o considerar como despesa de investimento.

Respondendo ao Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho sobre a Nelcivil, devo confirmar que a dívida é, ainda, do Parque de São Miguel. Como sabe, e já aqui foi falado, era uma obra que custou setecentos mil euros à Câmara Municipal de Nelas que supostamente seria financiado com cem mil contos do Governo. Acabando por ser financiada aproximadamente, com metade disso, ou seja temos estado a pagar a medida em que vêm os financiamentos do Estado. À medida que recebemos do Governo vamos liquidando. A empresa Nelcivil foi informada em devido tempo.

Quanto à Câmara Municipal de Mangualde, presumo que sejam dois meses, não lhe vou dar a certeza. No ano passado houve uma situação excepcional, pois surgiu uma hipótese de pagar e a Câmara de Mangualde pediu que houvesse essa antecipação. Da mesma forma que quando há alguma dificuldade nós também pedimos para atrasar um pouco. As boas relações entre as Câmaras permitem isso.

Queria esclarecer que na questão do Corte Inglês, ninguém lá comprou roupa; nem eu nem a Senhora Presidente. A dívida é ao Corte Inglês Informática, e, tem a ver com um contrato de fornecimento de software. O software da Câmara estava todo ou quase todo ilegal. A aplicação da AIRC não era ilegal mas tudo o que era da Microsoft era ilegal, assim, fizemos um Protocolo no âmbito da ADD com a Microsoft.

Como a Microsoft não fornece directamente a ninguém indicou-nos um fornecedor intermédio que tem de estar inscrito na Central de Compras e que no caso foi a empresa chamada Corte Inglês Informática, que é uma dependência do Corte Inglês mas que não vende roupa, nem vende sapatos, nem vende utensílios para casa; vende software. Neste momento as máquinas da Câmara estão todas legais. Comprámos o software ao abrigo deste protocolo, senão custaria cerca de trinta e oito mil euros. Como se pode constatar, o software custou dezassete mil euros e nós vamos pagando à medida que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazemos download de software. Fizemos um contrato para cinquenta máquinas e à medida que vamos descarregando vamos pagando.

Respondendo, agora, ao Senhor Membro da Assembleia Borges dos Santos. Os relatórios lêem-se e escrevem-se, eles dependem de quem os escreve e depende de quem os lê, como sabe.

O exemplo que escolheu das despesas com o pessoal não é exemplo. Embora lendo o relatório e vendo os números, possa parecer que é assim e admito isso. Trata-se de uma demonstração clara que foi feito pelos funcionários, vou-lhe explicar porque é que esse número está assim nesses termos. A Lei do Orçamento do Estado para 2007, como a de 2006, previam que não podia haver aumento das despesas com pessoal das Autarquias.

Excepcionava os aumentos provenientes de transferência de competências do Estado e os aumentos provenientes da actualização do vencimento dos funcionários públicos. Este aumento de duzentos mil euros refere-se a isso. No essencial são aumentos de pessoal, em que uma parte tem a ver com as novas competências, nomeadamente a Educação. Quando falei dos doze e dos quarenta, falei de finais de 2005, 2006 e 2007, não falei só de um ano, por isso é que no mapa não vêm tantos. É destes anos.

A Secção de Pessoal quando fez o relatório pegou naquilo que tinha em mente, que é o mapa que manda todos os trimestres para Lisboa a dizer, aumentámos ou não as despesas com o Pessoal. É a demonstração clara de que esse trabalho foi feito pelos funcionários da Câmara.

Na classificação da derrama concordo consigo, porque deveria ser uma receita de capital, como algumas outras rubricas que já falei hoje deveriam ser consideradas despesas de capital e não são.

O POCAL é um documento legal que classifica as receitas e as despesas da forma que os técnicos entenderam ser a melhor e nós temos que nos sujeitar a elas para o bem e para o mal. Sujeitamo-nos a elas para a derrama ser uma receita corrente e sujeitamo-nos a elas para o gásóleo que se gasta na rotunda de Santar ser, também, uma despesa corrente.

Quanto à inversão para 2008, não disse aqui que isto ia tudo mudar de repente e para o ano estaríamos melhor. Queria salvaguardar isso porque se os contratos-programa forem aprovados pelo Governo, e apelo ao Partido Socialista, como já o fiz na Câmara, que faça diligências junto dos governantes do vosso partido, a bem do Concelho de Nelas, a pressão que conseguirem para que sejam aprovados os nossos contratos-programa para a Variante de Nelas, para a Variante de Canas de Senhorim e para a requalificação da Variante.

Se os financiamentos do QREN vierem conseguiremos alguns pequenos passos para reestruturar a despesa corrente da Câmara e vamos inverter alguma coisa. Devagar chegaremos lá, mas não disse que íamos inverter de repente. Queria deixar esse esclarecimento e espero que tenha deixado toda a gente de forma mais ou menos esclarecida e que o esclarecimento seja cabal.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho, faça o favor.

O Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho:





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Renovo os cumprimentos e passava a ler aquilo que pode ser considerada a nossa declaração de voto.

Estamos hoje a analisar por meio dos documentos que a lei preceitua, a evolução económica-financeira do nosso Município durante o ano de 2007.

São documentos complexos que exigem estudo e acima de tudo muita clareza e abertura de espírito para os avaliarmos de forma correcta, no sentido de podermos analisar esse período, mas também não descurar ainda mais responsabilidade, ou melhor, ainda maior responsabilidade de prevenir o futuro.

Precisamos falar com os números e desmistificar a ideia de que não os podemos analisar por não sabermos nada de Contabilidade ou de Economia.

Lembro-me e perdoem-me a interjeição que tenho apenas como ideia amenizar e criar ambiente, e, lembro-me forma como o açoreano Vitorino Nemésio nos explicava as mais difíceis interpretações de figuras de estilo da nossa literatura começando com um simples “se bem me lembro”.

De uma forma simples, descontraída, colocava-nos interessados e compreendedores das teias mais ou menos hipopeicas dos nossos clássicos. O mesmo acontece com o nosso António Lobo Antunes quando faz ouvir o comboio a chegar à Estação de Nelas, ou o crescer, lento, tranquilo, discreto da trepadeira da casa dos tios, tudo através de palavras, simples palavras.

Mas fiquemos por aqui e entremos no cerne da questão, deixando o pelouro dos ensaios sociológicos para outros intervenientes que, tratarão muito melhor este tema do que eu e passemos para o cerne da questão.

Quero dizer que os números também falam; fazem história e essa história não corrobora, de forma nenhuma, a nossa ansiosa vontade de acreditar na palavra de V. Excelências quando empenharam por várias vezes, nesta sala, e também hoje em assumir compromissos de tudo fazer para reduzir as despesas correntes.

Não é assim que vamos lá. Se comprámos a mercadoria temos que a pagar, mas antes de a comprarmos deveríamos ter tido mais cuidado para balancear a nossa capacidade financeira para o acto.

Quando não se pode jantar fora, come-se em casa, se mesmo em casa temos de passar restrições não vamos iludir quem nos sustenta, com faustosos acepipes de surrealista visão de abundância.

Os Vereadores do Partido Socialista tudo fizeram no sentido de não inviabilizar as alterações e modificações ao Orçamento e Plano que foram apresentados, muito embora tivéssemos marcado a nossa posição e chamado à atenção para a má aposta de apenas se disponibilizarem três milhões de euros para investimento.

Achámos uma verba muito escassa para investimentos, o que fazia prever a falta de motivação para a realização de obras.

Afinal, concluímos agora que nem a esses, já por si, escassos três milhões de euros tiveram capacidade de investir, ficaram por dois terços desse valor atingindo o cenário previsível mais pessimista.

Não podemos concordar com esta forma de gestão que revela opções políticas que nós, Partido Socialista, não adoptamos nem partilhamos.

Passemos à análise na especialidade. O Relatório de Gestão e a Conta de Gerência são os principais documentos políticos, o primeiro mais técnico, o segundo, sintetiza e descreve a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste sentido torna-se relevante analisar a actividade económica do Executivo Camarário, pelo menos, pelos seguintes pontos, Relatório de Gestão, Controlo Orçamental, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, pelo Balanço e pela Demonstração de Resultados.

Quanto ao Relatório de Gestão, mais do que o POCAL, que é um instrumento técnico, tem um cariz matricialmente político, pelo que deveria apresentar, de forma clara e verdadeira, acompanhado de detalhe qualificado, o trabalho desenvolvido durante o ano de forma a demonstrar como foi desenvolvido esse trabalho para atingir os objectivos da acção municipal propostos para o ano de 2007.

Ao que acedemos, foi a um documento pouco rigoroso, de limitadíssimas explicações de pormenor; afinal é um Relatório de Gestão e não uma informação ou um parecer, em que sobressai um apressado encastrar de mantas de retalhos, sem continuidade estrutural dos temas.

Tão depressa se refere que os fogos baixaram de 55 para 26 e apresentam-se graficamente com um floreado sobre o equipamento colocado na viatura adstrita à Protecção Civil, chegando ao ponto de se referir e vou citar, assim sendo tem-se vindo a reforçar, significativamente e com grande esforço orçamental a prevenção e vigilância florestal, como se pode verificar pelo gráfico seguinte. Acto contínuo e como estamos a analisar o esforço orçamental apresentam-nos um gráfico com a distribuição da área ardida e número de ocorrências. Tem tudo a ver.

Tão depressa se refere essa situação de pormenor, dizia, como de seguida a instalação de um Gabinete de Apoio ao Emigrante, que por esquecimento omitiu a intervenção financeira do Governo Central para referir que este Grupo de Apoio ao Emigrante e vou citar, atenta ao regresso dos munícipes emigrantes, nomeadamente, na época estival a Autarquia criou o Gabinete de Apoio ao Emigrante no sentido de lhes proporcionar um serviço de atendimento e orientação; totalmente gratuito, na resolução célere de problemas diversos com os quais habitualmente se deparam quando chegam a Portugal. Um serviço que estreita os laços entre o Município de Nelas e os emigrantes que levam o nome do Concelho de Nelas aos quatro cantos do mundo e que, de certa forma, contribuem para o aumento da riqueza do concelho e para o seu desenvolvimento e progresso. Termina aqui, ficamos pelos conceitos.

Em termos de Relatório de Gestão não concretiza e se disseram quantos fogos não precisaram de apagar, por que não referir quantos cidadãos atenderam, qual o serviço mais procurado, quais os protocolos celebrados com esses serviços mais procurados, no sentido de estreitar os laços entre o Município de Nelas e os seus emigrantes. Completamente vazio de conteúdo.

Por outro lado, falta à verdade e procura induzir conclusões como a manipulação de dados como seja o caso de apresentar algumas actividades, como actividades de 2007 que já aqui referimos. Pediram-nos para compreendermos isso e eu compreendo, o facto de referirem a Carta Educativa como tendo ocorrido no ano de 2007 quando apenas ocorreu em 2008.

Era expectável, que tivéssemos algumas indicações sobre o que se tivesse feito em áreas fundamentais como a coesão social e territorial do Concelho, ou a melhoria dos processos administrativos e de gestão interna da Câmara Municipal.

Não sabemos o que espera o cidadão. Não refere, por exemplo, o tal guichet único que a Senhora Presidente nos informou agora, não consta do documento, nem qual



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o acompanhamento remoto dos processos de licenciamento, de pagamento das contas de água, nem dos meios tecnológicos, todas essas informações importantes em termos de inovação municipal.

Baralham-se ideias fundamentais. A contratação de professores para as actividades de enriquecimento curricular é contabilizada em aquisição de serviços e não em despesas com pessoal. Prometo que não vou falar mais destes descuidos e vou abreviar para além da completa informação que nos é transmitida em alguns temas e refiro por exemplo o item 2.4.3 – Saneamento. Só tem esta palavra. Devem ter-se esquecido, provavelmente incluir, mas de Saneamento não tem nada.

Em termos de abastecimento de água esta é adquirida ao SMAS de Viseu por intermédio da Câmara Municipal de Mangualde. Rede de Saneamento de Águas Pluviais – nas Freguesias foi ampliada bem como uma intervenção nos leitos de secagem da ETAR de Moreira. Aqui já dizem, que foram feitos saneamentos. É esta a correcção que pedia que fosse feita.

Resíduos sólidos – Os resíduos sólidos em termos de transporte e de tratamento são efectuados pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, tal como a recolha selectiva e equipamento adquirido.

Neste caso não se fala se há algum ponto de melhoria no tratamento, à priori, logo na qualidade de separação dos lixos, o que se espera de fazer e o que se deve melhorar nessa óptica.

Depois, Protecção, Meio Ambiente e Conservação da Natureza.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Tem que acabar Senhor Dr. Armando Carvalho, já ultrapassou no dobro o tempo, que o regulamento permite Senhor Dr. Armando. Com o devido respeito, temos que pensar no discurso que vímos fazer e no tempo que temos, está no Regulamento. Eu sei que é de todo o interesse apresentar esses documentos e fazer o seu discurso, não discordo absolutamente nada disso, mas tenho que ser imparcial, caso contrário estou a incorrer numa fraude, pois, no início desta sessão disse: O regulamento é para cumprir e fazer cumprir.

O Senhor Membro da Assembleia Dr. Armando Carvalho:

- Estou a meio da minha informação, se entender que eu não devo continuar, eu paro, se quer que eu termine, eu termino

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Tem que acabar, e, se o pretender poderá voltar a usar da palavra para acabar o seu discurso.

(O Senhor Vereador Dr. Borges da Silva disse, sem estar no uso da palavra – Está a ser incómodo, tem que acabar)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Vereador, não lhe permito que use a palavra, faça o favor de se calar.

(O Senhor Vereador Dr. José Manuel Borges da Silva disse, sem estar no uso da palavra – Não acabe, está a ser incomodo, deixe lá,

O Senhor Presidente da Assembleia:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Senhor Vereador, mais uma vez vou pedir-lhe que se cale, ou se ausente da Mesa, se faz favor, não tem direito a usar da palavra, sem a minha autorização e da Senhora Presidente da Câmara.

(O Senhor Vereador Dr. José Manuel Borges da Silva, sem estar no uso da palavra – O Senhor acaba de me dizer que eu sou um animal de merda, diga-o em voz alta, diga.

(O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, sem estar no uso da palavra – Eu? O Senhor está doido)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhores Vereadores, quero que se calem, não admito este tipo de linguagem, nem diálogos que não façam parte dos assuntos desta Assembleia. Façam favor, de se calar. Como não se calam declaro suspensos os trabalhos por cinco minutos por desrespeito a esta Assembleia, e, para se restabelecer a ordem na sala, informo ainda o Senhor Vereador Dr. Borges da Silva, que, se continuar a falar, terá que se ausentar desta Assembleia.

Temos assim, suspensão dos trabalhos por cinco minutos para repor a ordem na sala. Muito obrigado.

Passados que são os cinco minutos agradeço que os Senhores Membros da Assembleia retomem os vossos lugares.

Devo referir que a interrupção da palavra ao Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho está prevista no Regimento. Não pensava que fosse tanto tempo, daí a prorrogação excepcional do tempo para uso da palavra dado por mim.

Já ultrapassámos o tempo atribuído a este ponto da Ordem de Trabalhos, pergunto se algum dos Senhores pretende usar da palavra, se pretender, terá que ser bastante breve porque o tempo para o ponto já se esgotou à muito.

Uma vez que ninguém quer usar da palavra vou pôr o ponto à votação.

Ponto 2.2, da Ordem de Trabalhos – Apreciar e votar, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2007.

Pergunto, quem vota contra? Quem se abstém? Temos nove abstenções e dezassete votos a favor. São dezassete, porque neste momento só estamos vinte e seis Membros da Assembleia, já que o Senhor Membro da Assembleia Adrião Polónio teve que se ausentar por motivos de saúde.

Passo a palavra ao Senhor Primeiro Secretário.

O Senhor Primeiro Secretário:

### MINUTA DA ACTA

O Ponto 2.2 - Apreciar e votar, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2007, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com dezassete votos a favor, zero votos contra e nove abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dou, agora, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho que pretende fazer uma declaração de voto.

O Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho:

- Queria-me pronunciar sobre a Receita de Controlo Orçamental e da Despesa, que foram os principais motivos que nos levaram à abstenção.

A Receita da Execução Orçamental apresenta um valor global de 88.5% e é uma média que resulta, sobretudo, de uma aplicação simples do pressuposto de que contribuem de igual modo para esta Execução Orçamental, as receitas correntes e as receitas de capital.

Só por isso é que se atingiram estes 88.5% porque as receitas correntes encobrem as magras verbas da execução de capital que não ultrapassam os 62%.

Nas receitas correntes a cobrança dos impostos aumentou 10%, atingindo o grau de execução de 105%; ultrapassámos o previsto revelador da conjuntura favorável, herdada por este executivo, totalizando sete milhões seiscentos e treze mil quinhentos e catorze euros, ou seja 77% das receitas, o que quer dizer que o esforço da Câmara para arranjar receita ficou abaixo dos 23%.

Do lado das receitas de capital, o panorama é o oposto, registando-se uma quebra de 11% em relação a 2006 e um grau de execução baixíssimo de 62%, cifrando-se estas receitas em dois milhões duzentos e cinquenta e um mil setecentos e cinquenta e sete euros, isto é apenas 22,8% das receitas totais.

Nas rubricas, Vendas de Bens de Investimento, V. Excelências orçamentaram quatrocentos e dezanove mil quatrocentos e quarenta euros, oitenta e quatro mil contos, quer dizer, criaram uma ilusão de que poderiam concretizar Vendas nesse valor e que foi apenas atingido em 2,8% com o total de proveitos de onze mil oitocentos e oitenta e cinco euros contra os quatrocentos e dezanove mil orçamentados, demonstrativo da política errada de sobre-orçamentação prosseguida por este executivo.

Na parte das transferências do Estado, em consequência dos vários programas e candidaturas, é revelador do facto das verbas recebidas se referirem exclusivamente a candidaturas passadas, apresentadas pelo anterior executivo, não havendo projectos do actual executivo.

Na Despesa e no seu conjunto, a execução orçamental da despesa é de 89,3%, sendo o nível de execução aceitável, conseguido à custa de uma execução de 96,8% de despesa corrente e com sacrifício da despesa de capital cuja execução se fica em 73,5%.

As despesas com pessoal têm um peso de 33% da despesa total e um acréscimo de 6,2% em relação ao período anterior, cifrando-se agora as despesas com pessoal em três milhões, duzentos e setenta e três mil, novecentos e vinte e um euros. Note-se os 15% de aumento nas remunerações dos órgãos autárquicos, já referidos e as horas extraordinárias também um aumento de 34%, que já foram aqui referidos.

As aquisições de bens e serviços, no valor de dois milhões seiscentos e oitenta e nove mil seiscentos e cinquenta e dois euros, também aumentaram 9% em relação a 2006, que tinha sido de dois mil quatrocentos e setenta e subiram 36% em relação a um milhão e novecentos e noventa e sete duzentos e setenta e nove do ano imediatamente anterior.

Nas comunicações registou-se um aumento de 25%, o que nos parece exagerado. Gastaram-se em comunicações, qualquer coisa como oitenta e três mil setecentos e setenta e oito euros, o que corresponde a uma média mensal de seis mil novecentos e oitenta e um, ou seja, mil e quatrocentos contos por mês de comunicações,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil e quatrocentos contos por mês são quase quarenta e sete contos por dia de comunicações.

Confesso que tive alguma dificuldade em entender este número e era uma das coisas que, se houvesse tempo, gostaria de ver esclarecido.

As transferências correntes aumentaram 10%, fixando-se em um milhão duzentos e vinte e um mil e trinta e cinco euros, sendo de salientar o valor de seiscentos e dezanove mil euros de subsídios atribuídos, que também tem quase o dobro do valor orçamentado e previsto.

No seu conjunto, as despesas correntes ultrapassaram os sete milhões e trezentos mil euros, mais de 73% da despesa, com um crescimento de 7,4% em relação a 2006 e mais de 26% em relação a 2005, ou seja, os cerca de dez milhões de euros gastos, nove milhões novecentos e cinquenta e quatro mil, 73% foi para despesa corrente.

Por isso mesmo, as despesas de capital apresentam um grau de execução muito inferior, 73,5%, o que significa que, este Executivo, mesmo com um orçamento miserável em termos de investimento, não o conseguiu executar em grau aceitável.

O cenário é ainda pior se nos concentrarmos na rubrica de aquisição de bens de capital, reveladora das despesas de investimento efectuadas, que totaliza apenas dois milhões e quarenta e oito mil euros, o valor mais baixo dos últimos anos, apenas 20% da despesa, com quebra de 6,2% em relação a 2006 e de 45,5% em relação a 2005. É nesta rubrica e apenas nesta que se nota a tão propalada contenção nas despesas, exactamente onde não devia, já que significa um desinvestimento claro, comprometedor do desenvolvimento e do futuro do concelho.

O nível de execução desta rubrica é de 66,9%.

Plano Plurianual de Investimentos.

Se o Plano de Actividades para o ano de 2007 enfermava, como na altura dissemos de uma completa ausência de obras estruturantes, necessárias para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do Concelho, nas suas várias vertentes e para a totalidade das Freguesias, a execução desse Plano, agora em apreciação apresenta-nos um cenário mais grave.

Das poucas obras previstas, de dimensão diminuta, ainda menos foram executadas, ficando as obras de maior vulto sem qualquer realização.

Estão neste caso obras que este executivo apresentou como prioritárias, como seja a construção do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Nelas, que a Senhora Presidente já nos garantiu que estará resolvido este ano, tendo sido orçamentados duzentos mil euros em 2006, mais duzentos mil em 2007 e até agora foram dispendidos duzentos e quarenta e seis euros.

No Balanço.

O Balanço, enquanto documento revelador da situação patrimonial do Município, é o que melhor espelha a incapacidade e a falta de dinamismo deste executivo.

De forma simples, mas reveladora, os valores do Activo, nomeadamente os do imobilizado, têm uma variação mínima, fruto da ausência de obra e de investimento em bens de capital.

Por outro lado, assistimos a um aumento do passivo de sessenta e quatro mil euros, o que, só por si, contraria a ideia de rigor e contenção nas despesas.

Demonstração de Resultados.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Muito rapidamente, 2002 – três milhões de euros, 2003 – quatro milhões e trezentos mil e chegámos a 2007 negativo pelas justificações que o Senhor Vereador Osvaldo Seixas já nos referiu, de um milhão quatrocentos e quarenta mil seiscentos e setenta e nove.

Por outro lado, a maior rubrica de Proveitos perde mais de quatrocentos mil euros, que passa de cinco milhões e seiscentos mil para cinco milhões e cem mil, reveladora de uma falta de projectos e candidaturas.

Para terminar, à laia de resumo, ao viabilizar o Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 2007, bem assim como o de 2008, o Partido Socialista deixou ao Executivo margem de manobra para corrigir, ao longo do ano, as opções erradas que assumiu e que na altura da votação manifestou intenção de fazer.

Em vez disso, prosseguiu uma política irresponsável de aumento de despesas correntes à custa de redução contínua e persistente de investimento, que as contas agora apresentadas bem demonstram.

O nosso voto nunca inviabilizou a execução da política que o Executivo, com a legitimidade que lhe advém do voto popular pretenda pôr em prática, nem, de forma alguma, inviabilizará no futuro.

Tão só pretende demarcar-se de uma política despesista e esbanjadora que conduzirá o Município a uma situação de asfixia financeira, sem meios para promover o desenvolvimento do concelho. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho.

Chegámos, assim, ao fim da Ordem de Trabalhos. Atendendo a que ainda temos bastantes cidadãos na sala, perguntava se alguém deseja usar da palavra apesar de não se terem inscrito.

Uma vez que não, damos assim por encerrada esta sessão ordinária, desejando a todos um bom fim-de-semana e continuação de uma boa noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretário: